



**Ficha Técnica**

Relatório de Actividades 2002

Edição:

Direcção de Serviços de Estudos, Planeamento e Avaliação

Instituto da Cooperação Portuguesa

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Contacto:

Rua D. Francisco Manuel de Melo, nº 1, 2º Dto, 1070 Lisboa

Tel: 21 381 27 80; Fax: 21 387 72 19; e-mail: [epa@ipad.mne.gov.pt](mailto:epa@ipad.mne.gov.pt)

Abril 2003



## ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
I – INTRODUÇÃO.....	3
II – RECURSOS HUMANOS – BALANÇO SOCIAL.....	6
III – ESTUDOS, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO (EPA).....	13
III – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CDI) .....	17
IV – CENTRO DE INFORMÁTICA (CIN).....	20
V – COOPERAÇÃO BILATERAL .....	22
1. COOPERAÇÃO LUSO-ANGOLANA .....	22
2. COOPERAÇÃO LUSO-CABOVERDIANA.....	28
3. COOPERAÇÃO LUSO-GUINEENSE .....	32
4. COOPERAÇÃO LUSO-MOÇAMBICANA .....	39
5. COOPERAÇÃO LUSO-SANTOMENSE .....	44
6. COOPERAÇÃO LUSO-TIMORENSE .....	51
VI – COOPERAÇÃO COM OS PALOP, CPLP E OUTROS PAÍSES.....	63
VII – COOPERAÇÃO MULTILATERAL.....	71
ANEXO I – DADOS ESTATÍSTICOS APD 2002 (Preliminares).....	91



## I – INTRODUÇÃO

Com o presente relatório pretende-se expor a actividade que, tanto no domínio multilateral como no bilateral, o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) realizou no ano de 2002.

No plano bilateral, destaca-se a cooperação com Timor Leste, que, já materializada em três Programas Anuais de Cooperação (PAC), realizados na fase de transição para a independência, tem agora continuidade no novo Programa Indicativo da Cooperação (PIC), pela primeira vez de duração trienal (2003-2005), cuja elaboração foi concluída pelo ICP no final de 2002.

Salienta-se ainda a transferência para o ICP das responsabilidades do Comissariado de Apoio à Transição em Timor Leste (CATTTL). A programação e acompanhamento do PIC, no âmbito bilateral, passaram a ser geridos pelo Instituto que deu continuidade às intervenções em curso.

A cooperação com Angola foi objecto de desenvolvimentos significativos em 2002, último ano do PIC 2000/2002, cuja execução prática nos dois primeiros anos foi bastante modesta – cerca de 50% das previsões orçamentais. Destacam-se as acções de Ajuda Humanitária e de Emergência, a cooperação no domínio da Saúde, da Segurança Social, e do Desenvolvimento Socio-comunitário.

No que respeita a Cabo Verde, o ano de 2002 pautou-se pela coordenação e acompanhamento do PAC, assinado em Junho de 2002, na sequência do PIC 2002/2004, que corresponde à selecção de actividades que as autoridades cabo-verdianas identificaram como prioritárias de entre o quadro bilateralmente negociado e previsto para execução, no decurso do triénio.

Apesar da situação de instabilidade política na Guiné-Bissau ao longo de 2002, que condicionou fortemente o desenvolvimento dos projectos de cooperação em curso naquele país e dificultou a negociação de outros, inviabilizando mesmo a concertação e assinatura do PAC 2002, foi possível reactivar projectos lançados antes do conflito de 1998-1999, dar continuidade a outros iniciados após o conflito e arrancar com acções novas, perspectivando as linhas gerais e os objectivos centrais da negociação a encetar com vista ao PIC 2003/2005.



Com Moçambique o ano de 2002 ficou marcado pela continuidade de vários projectos, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde, dada, por um lado, a impossibilidade de, como estava previsto, assinar o PIC que vigoraria no triénio 2002/2004 e, por outro, a inexistência de um PAC para 2002.

Contrariamente ao previsto em finais de 2001, não chegou a ser assinado um PAC com São Tomé e Príncipe, pelo que o ano de 2002 se caracterizou pela gestão da situação herdada de 2001 e, pela procura de financiamento junto da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) para a prossecução de alguns Projectos tais como o do Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe e o Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas.

Das actividades desenvolvidas ao nível da Coordenação Sectorial, para além do acompanhamento a diversos projectos sectoriais nos PALOP e Timor Leste, salientam-se, pela sua relevância, a preparação dos documentos de estratégia da educação e da saúde, áreas identificadas como prioritárias no quadro da Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa, cuja elaboração contou com o contributo das estruturas sectoriais.

No que respeita ao financiamento de projectos de cooperação para o desenvolvimento das ONGD, em 2002, foram considerados prioritários os domínios de concentração da Cooperação Portuguesa, a saber - redução da pobreza, educação/formação, reforço institucional e apoio às actividades económicas - sendo dada prioridade a projectos a desenvolver nos PALOP.

A resposta a crises humanitárias ocorridas em 2002, tiveram por base decisões políticas, considerando as prioridades nacionais e o contexto internacional. Assim, foi prestada ajuda humanitária ao Afeganistão, Angola, Moçambique e Guiné Bissau.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão na política de contratação dos agentes da cooperação que foi mantida em 2002. Assim, tem sido fomentada a cessação dos contratos dos cooperantes (não dando anuência a vários pedidos de renovação dos contratos) que se encontravam em funções há largos anos, desenquadrados de qualquer lógica que servisse os interesses da cooperação. Tratava-se, em muitos casos, de cooperantes que tinham a sua vida estabelecida nos



PALOP e em que a relação de cooperação há muito se transformara numa situação de emprego, com tendência para se perpetuar.

Em contrapartida, deu-se prioridade à contratação de técnicos integrados em projectos, com relevo exclusivo, até ao momento, para a área da educação. Foram, assim, contratados professores para leccionar no ensino secundário de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

No plano multilateral, 2002 foi especialmente marcado pelo amplo debate à volta da preparação, realização e acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Monterey) e da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo). Nestas Cimeiras foi reiterado o objectivo de cumprir a meta de disponibilizar 0,7% do RNB para a APD<sup>1</sup> e aprovado, pela primeira vez, um calendário concreto do aumento da APD, por parte dos Estados Membros, até 2006.

Continuou, ao longo do ano, o debate União Europeia - África, com vista à preparação da Cimeira Europa África, que terá lugar em Lisboa, em Abril de 2003.

Na persecução do objectivo central da luta contra a pobreza, nas várias instâncias comunitárias, foi igualmente dada grande ênfase, ao longo do ano, às questões que se prendem com a prevenção e gestão de conflitos e consolidação da paz, com os temas ambientais, com os temas da saúde, educação e gestão da água, com as relações entre comércio e desenvolvimento e com a crise humanitária na África Austral.

Para além dos temas referidos, continuou o aprofundamento do debate à volta das questões da Coordenação, Complementaridade e Coerência, bem como da Harmonização dos Procedimentos.

Em 2002 redobrou-se significativamente o esforço, já iniciado em 2001, para liquidar os compromissos financeiros do ICP em relação a diversas organizações internacionais, dívidas essas que se vinham avolumando desde 1998/1999.

Destaca-se, igualmente a apresentação do documento "*A Vertente Multilateral da Política de Cooperação Portuguesa*" onde se faz um balanço do envolvimento de Portugal nas instituições multilaterais e das grandes Conferências Internacionais que marcaram o início do novo milénio e onde se formulam algumas recomendações sobre o melhoramento da vertente multilateral da nossa cooperação, no âmbito do reforço da totalidade da cooperação portuguesa.

---

<sup>1</sup> RNB - Rendimento Nacional Bruto - indicador da percentagem da APD em relação ao RNB, adoptado em 2000, em substituição do indicador PNB (Produto Nacional Bruto).



## **II – RECURSOS HUMANOS – BALANÇO SOCIAL**

No que respeita aos Recursos Humanos o Instituto da Cooperação Portuguesa dispunha em 31 de Dezembro de 2002, de 157 efectivos, dos quais 118 são nomeados (15 em comissão de serviço no exercício de cargos dirigentes) e 39 encontram-se a prestar serviço ao ICP através de contratos de trabalho a termo certo, contratos de prestação de serviços, requisições e destacamentos.

Comparativamente com os valores registados no ano 2001, o número total de efectivos representa uma diminuição de 9 unidades.

Pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio, foi estipulada a fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa com a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento, situação que se manteve até 31 de Dezembro de 2002, não permitindo elaborar plano de formação.



## BALANÇO SOCIAL

(DL 190/96 de 9 de Outubro)

### Contagem dos efectivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica de emprego e sexo

(quadros 1.1 a 1.1.5)		Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	H	2	15	4	0	2	7	0	3	6	39
	M	13	42	1	1	2	30	2	8	19	118
	T	15	57	5	1	4	37	2	11	25	157
Nomeação	H	2	9	2	0	2	7	0	3	0	25
	M	13	35	1	1	2	30	2	8	1	93
	T	15	44	3	1	4	37	2	11	1	118
Contrato Administrativo de Provimto	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato de Trabalho a Termo Certo	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
	T	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Prestação de Serviços	H	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Requisição ou Destacamento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	2	0	0	0	0	0	0	1	3
	T	0	2	0	0	0	0	0	0	1	3
Outras situações (Avençados/Tarefas)	H	0	5	2	0	0	0	0	0	3	10
	M	0	1	0	0	0	0	0	0	15	16
	T	0	6	2	0	0	0	0	0	18	26



### Contagem dos efectivos por escalão etário segundo o sexo

(quadros 1.2 a 1.3)	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	H	2	15	4	0	2	7	0	3	6	39
	M	13	42	1	1	2	30	2	8	19	118
	T	15	57	5	1	4	37	2	11	25	157
Até 18 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 18 a 24 anos	H	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
De 25 a 29 anos	H	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
	M	0	3	1	0	0	0	0	0	4	8
	T	0	3	2	0	0	0	0	0	5	10
De 30 a 34 anos	H	0	5	1	0	0	1	0	0	1	8
	M	0	15	0	1	0	0	0	0	0	16
	T	0	20	1	1	0	1	0	0	1	24
De 35 a 39 anos	H	0	3	1	0	0	0	0	0	1	5
	M	1	5	0	0	0	3	0	0	1	10
	T	1	8	1	0	0	3	0	0	2	15
De 40 a 44 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4
	M	2	3	0	0	1	7	0	3	4	20
	T	2	3	0	0	1	7	0	4	7	24
De 45 a 49 anos	H	2	4	0	0	0	3	0	1	0	10
	M	3	4	0	0	1	9	0	1	1	19
	T	5	8	0	0	1	12	0	2	1	29
De 50 a 54 anos	H	0	1	0	0	1	2	0	1	0	5
	M	4	5	0	0	0	5	1	1	3	19
	T	4	6	0	0	1	7	1	2	3	24
De 55 a 59 anos	H	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	M	3	4	0	0	0	2	0	3	1	13
	T	3	6	0	0	0	2	0	3	1	15
De 60 a 64 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	2	0	0	0	2	1	0	3	8
	T	0	2	0	0	0	2	1	0	3	8
De 65 a 69 anos	H	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
	M	0	1	0	0	0	2	0	0	2	5
	T	0	1	0	0	1	3	0	0	2	7
70 e mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0





### Contagem dos efectivos por nível de escolaridade segundo o sexo

(quadros 1.8 )	Sexo	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Bombeiros	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	H	2	15	4	0	2	7	0	3	0	6	39
	M	13	42	1	1	2	30	2	8	0	19	118
	T	15	57	5	1	4	37	2	11	0	25	157
Menos de 4 anos de escolaridade	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
4 anos de escolaridade (4ª Classe)	H	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	3
	M	0	0	0	0	0	4	2	4	0	7	17
	T	0	0	0	0	0	5	2	6	0	7	20
6 anos de escolaridade (ciclo preparat.)	H	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	4	0	2	0	0	6
	T	0	0	0	0	0	4	0	3	0	0	7
9 anos de escolaridade (obrigatório)	H	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	M	0	1	0	0	0	14	0	2	0	0	17
	T	0	1	0	0	0	16	0	2	0	0	19
11 anos de escolaridade	H	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
	T	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	3
12 anos de escolaridade	H	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	5
	M	0	0	1	0	1	7	0	0	0	2	11
	T	0	0	2	0	3	9	0	0	0	2	16
Curso Médio (Profissional)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacharelato	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Licenciatura	H	1	13	3	0	0	1	0	0	0	5	23
	M	10	37	0	0	0	0	0	0	0	6	53
	T	11	50	3	0	0	1	0	0	0	11	76
Pos Graduação	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	T	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Mestrado	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	2	3	0	0	0	0	0	0	0	1	6
	T	2	4	0	0	0	0	0	0	0	1	7
Doutoramento	H	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL												157

Considerar para cada efectivo o nível mais elevado que completou até 31 de Dezembro, medido em anos de escolaridade ou grau académico.



### Contagem dos trabalhadores deficientes segundo o sexo

Sexo (quadros 1.7)		Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Bombeiros	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	H	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	4
	T	0	1	0	0	0	2	0	2	0	0	5

Considerar o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal em virtude da sua deficiência.

### Contagem do pessoal em contrato a termo certo saído durante o ano, por motivo de saída

(quadro 1.13)		Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Bombeiros	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
	T	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Caducidade	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Mútuo Acordo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Denúncia	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rescisão pelo Contratado	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Considerar apenas os efectivos em contrato a termo certo saídos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro, inclusive, segundo os vários motivos previstos no artº. 30º. do DL 427/89, de 7 de Dezembro.



**Contagem das mudanças de situação dos efectivos no serviço durante o ano,  
por grupo de pessoal, segundo o motivo e o sexo**

MUDANÇA DE SITUAÇÃO (quadro 1.15 e 1.16)		Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
		Total de efectivos	H	0	6	1	0	1	1	0	0
	M	0	25	0	0	0	3	0	1	0	29
	T	0	31	1	0	1	4	0	1	0	38
Promoções	H	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
	M	0	8	0	0	0	1	0	0	0	9
	T	0	12	0	0	0	1	0	0	0	13
Promoções por mérito excepcional	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Progressões	H	0	2	0	0	1	1	0	0	0	4
	M	0	15	0	0	0	2	0	1	0	18
	T	0	17	0	0	1	3	0	1	0	22
Reconversões e Reclassificações	H	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
	T	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3

Considerar o total de efectivos que mudaram de situação profissional no serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro pelos seguintes motivos:

**Promoção** - mudança de categoria na mesma carreira após aprovação em concurso;

**Promoção por mérito excepcional** - mudança de categoria na mesma carreira sem concurso, nas condições previstas no artº. 30º. do DL 184/89, de 2 de Junho;

**Progressão** - mudança de escalão na mesma categoria, considerando a data de aquisição do direito;

**Reconversão e reclassificação** - mudança de categoria e/ou de carreira nas condições previstas no artº. 30º. do DL 41/84, de 3 de Fevereiro.



**Contagem dos funcionários saídos durante o ano, por grupo de pessoal,  
segundo o motivo de saída**

(quadro 1.1)		Dirigente	Técnico Superior	Infomática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Operários	Auxiliar	Outros Grupos	TOTAL
Total de efectivos do quadro	H	4	2	0	0	0	1	0	0	0	7
	M	3	3	0	0	0	6	0	1	0	13
	T	7	5	0	0	0	7	0	1	0	20
Falecimento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exoneração	H	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Aposentação	H	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	M	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3
	T	2	0	0	0	0	2	0	1	0	5
Limite de idade	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Apos. Compulsiva	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demissão	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mito Acordo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros motivos	H	1	2	0	0	0	1	0	0	0	4
	M	3	3	0	0	0	4	0	0	0	10
	T	4	5	0	0	0	5	0	0	0	14

Considerar apenas os efectivos do quadro saídos definitivamente do serviço de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, segundo os vários motivos previstos nos art.ºs 28º e 29º do DL 427/89, de 7 de Dezembro. Incluir as transferências em Outros motivos.



### III – ESTUDOS, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO (EPA)

#### Divisão de Planeamento (DP)

##### Programação

A programação da política de cooperação, assenta em Programas Integrados da Cooperação Portuguesa elaborados anualmente e em Programas Indicativos Trienais, com cada um dos PALOP.

Estes programas são passos decisivos para uma maior coordenação porque são realizados com o objectivo de uma cooperação para o desenvolvimento mais coerente, integrada e participativa com esses países, sendo também essenciais por permitirem que os Ministérios envolvidos na cooperação para o desenvolvimento realizem as suas actividades de forma coerente e integrada num quadro de actuação global.

Em 2002 elaborou-se, em parceria com o núcleo de país, o Programa Indicativo de Timor Leste, para a triénio 2003-2005.

Com o objectivo de assegurar uma maior eficácia dessa coordenação, o ICP promove periodicamente as reuniões do Secretariado Permanente da Comissão Inter-Ministerial da Cooperação (SP/CIC) em que, além de questões de carácter geral, se debate a cooperação sectorial e a cooperação global com cada um dos países beneficiários. Em 2002, a EPA assegurou a preparação e realização de quatro sessões:

#### REUNIÕES DO SP/CIC EM 2002

REUNIÕES EM 2002	AGENDA
26ª Reunião – <b>24 Janeiro</b>	Execução do PIC 2001; Elaboração dos Programas Anuais de Cooperação (PAC); Funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Financeiros e Económicos.
27ª Reunião – <b>01 Março</b>	Cooperação Ibero-Americana; Modelo de funcionamento do SP/CIC.
28ª Reunião – <b>05 Junho</b>	Discussão sobre o modelo da Cooperação Portuguesa
29ª Reunião – <b>28 Junho</b>	Passagem da responsabilidade do Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste (CATTL) para o ICP; Projectos em curso em Timor Leste.

Foram ainda elaborados os Memorandos de Portugal de 2000 e 2001, bem como o Relatório de Actividades do ICP (2001).

#### Base de Dados



É da competência da EPA manter actualizada a Base de Dados da Cooperação Portuguesa, em articulação com o Centro de Informática. Esta Base de Dados constitui actualmente um instrumento fundamental para a centralização, coordenação e gestão da informação existente sobre as actividades de cooperação, promovidas por órgãos do Estado e entidades públicas ou privadas.

Durante o ano de 2002 foi concluído o processo de migração da base de dados, de Access para o Sistema de Gestão de Base de Dados SQL Server. Trata-se de um SGBD<sup>2</sup> mais robusto, que permitiu uma melhoria significativa nos acessos e mecanismos de optimização da base de dados da cooperação portuguesa.

A reformulação resultante da criação do XV Governo Constitucional implicou a reprodução da nova orgânica na base de dados.

Na sequência da introdução do Euro, têm estado em revisão e uniformização os diversos mapas e quadros existentes com informação estatística por sector, beneficiário, ano, etc.

### *Assuntos Estatísticos*

Em 2002, com base nos elementos recebidos das várias entidades financiadoras, foi possível, uma vez mais, concluir atempadamente os apuramentos estatísticos relativos a 2001, necessários ao cumprimento das obrigações de Portugal junto do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (Anexo I).

O “núcleo” de estatística do ICP respondeu ainda a toda uma variedade de questionários e solicitações (pontuais e periódicas) de informação qualitativa e quantitativa ao nível interno (ICP), nacional e internacional sobre ajuda ao desenvolvimento.

Durante 2002, foi também dada continuidade à participação no Grupo de Trabalho de Estatística CAD/OCDE que abrange, em termos genéricos, os problemas relacionados com as metodologias de notificação estatística dos fluxos de ajuda dos doadores aos países em desenvolvimento e países em transição, nomeadamente, o cálculo da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

### *Assuntos Financeiros*

---

<sup>2</sup> Sistema de Gestão de Base de Dados.



Durante 2002, a EPA deu continuidade à sua participação no Grupo de Trabalho de Assuntos Financeiros, do CAD/OCDE. Do trabalho desenvolvido resultou uma Recomendação para o Desligamento da Ajuda aos PMA<sup>3</sup>, que se tornou operacional a 1 de Janeiro de 2002. A partir dessa data, várias categorias de APD para os PMA passaram a ser desligadas e sujeitas a notificação internacional.

A implementação da Recomendação desencadeou um trabalho de adequação da base de dados, por exemplo, campos para selecção das actividades a desligar e distinção operacional entre cooperação técnica associada a projectos de investimento dos projectos de investimento.

É um processo que tem exigido o envolvimento de todos os agentes de cooperação. Nesse sentido, e na sequência de uma reunião da CIC onde o tema do desligamento foi apresentado e discutido, a EPA elaborou um ofício para os Ministérios explicando quais as actividades abrangidas pela Recomendação, seus patamares mínimos de desligamento bem como a documentação necessária para se proceder à notificação.




Esta notificação é feita através de um *site* (Bulletin Board), criado para o efeito pelo CAD. A EPA, através de uma *password* de acesso à área privada do *site*, realizou uma “notificação-teste” solicitada pelo CAD para verificação da transmissão electrónica e preenchimento do formulário para futuras notificações.

## **Divisão de Estudos e Avaliação (DEA)**

---

### **Avaliação**

Foram desenvolvidas as seguintes avaliações:

-  Cooperação portuguesa na área da saúde em Moçambique na década de 90 – foi apresentado o relatório final que se encontra em fase de apreciação.
-  Cooperação com Cabo Verde no domínio do ensino superior – decorreu o trabalho de gabinete, tendo sido entregue o relatório preliminar da 1ª fase;
-  Política de bolsas destinadas aos estudantes dos PALOP – foi concluído o processo de selecção da entidade avaliadora (a selecção foi feita por concurso limitado sem apresentação de candidaturas ao abrigo do Dec-lei n.º 197/99, de 8 de Junho), tendo sido seleccionada a entidade *Geoideia*;

---

<sup>3</sup> Países Menos Avançados.



✚ Cooperação com a Faculdade de Direito de Bissau – a 1ª fase desta avaliação realizou-se em 1998, não tendo sido concluída devido aos acontecimentos político-militares na Guiné Bissau. Em Junho de 2002 foi decidido continuar a avaliação e, face à dificuldade de encontrar avaliadores nacionais, fez-se uma consulta a redes internacionais, tendo sido seleccionada a entidade *Euroconsulting*.

### Estudos

✚ Tradução para português das Directrizes do CAD para a Redução da Pobreza - a versão para portuguesa está a ser realizada, em parceria com o MTS, prevendo-se a edição do documento para o final de 2003;

✚ Estudo sobre Prevenção de Conflitos – Trabalho conjunto entre três Direcções do ICP e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O trabalho tem co-financiamento do ICP e está a ser desenvolvido pela referida Faculdade, em articulação com o IEEI e o ECDPM;

✚ Guia da Avaliação – está em elaboração e será um instrumento muito útil, dada a extrema necessidade de qualidade tanto ao nível dos avaliadores como das avaliações.





### **III – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CDI)**

A actividade do CDI, no ano de 2002, centrou-se, além das suas tarefas quotidianas inerentes a um CDI especializado, em dois objectivos essenciais:

- Reforço da relação do CDI com a sociedade civil, que se prendeu com a visibilidade do Centro junto de potenciais utilizadores externos e uma maior fidelização dos seus utilizadores externos reais;
- Arquivo Histórico – seu tratamento documental e sua consequente divulgação.

#### **Arquivo**

No depósito do CDI encontra-se, além da documentação produzida pelo ICE e pelo ICP em anos transactos, o espólio do extinto Ministério do Ultramar composto por Publicações Editadas e por Documentação produzida pelos serviços que se encontra agrupada por ex-colónias, de uma forma organizada e de fácil consulta.

Desta documentação entendida como documentação do Arquivo Histórico, num total de cerca de 16.000 processos, estão tratados documentalmente todos os processos referentes a TIMOR, acessíveis em papel através da monografia “Inventário de Timor”, em versão electrónica e base de dados ISADCOOP; dos processos referentes a MOÇAMBIQUE, num total de cerca de 4.500, estão à disposição 900 para consulta na base de dados ISADCOOP, sendo 600, respeitantes a CABORA BASSA, estes igualmente divulgados, em formato papel, através de pequena brochura. O total dos registos serão também divulgados em Inventário, via Internet e em CD-ROM.

Encontra-se, de igual modo, tratada documentalmente, inserida na base de dados ISADCOOP e disponível na base de dados do projecto “Memória de África” a MAPOTECA, constituída pela cartografia existente no depósito do CDI referente aos PALOP. Encontra-se, ainda, tratado documentalmente e informatizado o ARQUIVO PARTICULAR do Eng.º FERNANDO MOUTA<sup>4</sup>, doado ao ICP em 2002.

Com o objectivo de dar a conhecer aos reais e potenciais utilizadores do arquivo histórico à guarda do ICP, o CDI editou em 2002, o GUIA DO ARQUIVO HISTÓRICO,

---

<sup>4</sup> O Eng.º Fernando Mouta, licenciado em Engenharia de Geologia e Minas pelo IST em 1921, onde leccionou de 1949 a 1951 e funcionário da ex- Junta de Investigação Científica do Ultramar desempenhou cargos oficiais de 1922 a 1957 sempre ligados ao continente africano.



que descreve globalmente os vários acervos documentais que o constituem, apresentando um pequeno historial da entidade detentora da documentação, bem como das entidades produtoras das mesma.

Deste Guia também faz parte o REGULAMENTO INTERNO DE CONSULTA DO ARQUIVO, com indicações logísticas, legislação de acesso, horário, formas e preços de reprodução e instrumentos de pesquisa disponíveis.

Relativamente ao Arquivo Intermédio foi feito um levantamento de toda a metragem deste tipo de arquivo existente no ICP. Estes dados foram apresentados, ao Observatório das Actividades Culturais para serem integrados no Projecto “Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central”<sup>5</sup>, levado a cabo pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo e esta Associação.

Foi apresentada em Novembro de 2002, para decisão superior, uma proposta que visa o tratamento documental de todo o arquivo intermédio do ICP de modo a adicionar-lhe VALOR, caso contrário não passará de um amontoado de documentos candidatos a uma deterioração a curto e médio prazo, tendo, sobretudo em vista, a elaboração de portaria que aprove o regulamento de todo o arquivo.

Do extinto Comissariado de Apoio à Transição em Timor Leste (CATTL) ficaram à guarda do CDI 370 unidades de instalação, organizadas ao nível da recuperação da informação através da atribuição de uma cota.

Por se sentir laivos de confusão em matéria arquivística por parte dos utilizadores internos, foi elaborado um programa de FORMAÇÃO / SENSIBILIZAÇÃO EM ARQUIVO.

### *Biblioteca*

A preocupação no ano de 2002 incidiu no “convite” aos potenciais utilizadores externos, não descurando, obviamente, a luta por uma ligação eficaz à Internet de modo a estreitar os contactos com o utilizador interno e igualmente com os externos, uma vez que tem sido mais generalizado o contacto com o CDI através de e-mail.

---

<sup>5</sup> Os resultados decorrentes da realização deste diagnóstico irão permitir ao IAN/TT: diagnosticar arquivos em situação de perda de património arquivístico; definir com maior clareza a política de incorporações de documentação no IAN/TT; definir a rede nacional de arquivos; construir e actualizar uma base de dados dos arquivos intermédios.



Foram concebidos Produtos Documentais (folhetos, marcadores de livros, brochuras) com o objectivo de imprimir uma maior visibilidade ao CDI e ao seu acervo documental junto da sociedade civil; foi colocado ao dispor dos utilizadores o sub-site do CDI na *home page* do ICP; no espaço reservado aos utilizadores foi aberto o Quiosque Internet permitindo o acesso dos utilizadores não só à Internet como às bases de dados – ISADCOOP, BIBLIOCOOP e MAPOCOOP.

O CDI atendeu cerca de duas centenas e meia de pedidos, via telefone, e-mail, fax e presenciais, de utilizadores internos e externos, que incidiram, regra geral, na Cooperação Bilateral, APD e legislação, tendo-se verificado, em relação ao ano anterior, alterações quer numéricas quer das temáticas solicitadas.

Dando cumprimento ao Plano de Actividades delineado para 2002 foi promovido o serviço de audição que se concretizou na análise de 44 respostas ao inquérito efectuado aos utilizadores externos que efectivaram as suas consultas presenciais entre o mês de Abril até meados de Dezembro de 2002.

Este inquérito veio confirmar que a maioria dos utilizadores que acedem ao CDI são, na generalidade, Estudantes e Professores do Ensino Secundário e do Ensino Superior (alunos de Mestrado, Doutoramento e Pós - Doutoramento) e Empresários, de Nacionalidade Portuguesa e dos PALOP, muito embora tenha sido igualmente útil a utilizadores estrangeiros.

Estes utilizadores foram unânimes em definir o espaço que lhes é dedicado no CDI como agradável, funcional, bem organizado, útil, bem documentado e de informação fácil, caracterizando o atendimento que lhes é prestado como eficiente, rápido, boa informação, boa colaboração, tendo mesmo, em alguns casos, superado as expectativas.

O CDI disponibiliza um MAILING completamente informatizado e actualizado composto por 1.265 instituições<sup>6</sup>. É através deste mailing que procede à distribuição, a nível nacional e internacional, da revista *Cooperação*, do Relatório do PNUD e de todas as publicações editadas ou da responsabilidade do Instituto.

---

<sup>6</sup> Universidades, Institutos Politécnicos, Administração Central e Regional, ONG, Embaixadas e Consulados, Comunicação Social, Centros de Documentação e Bibliotecas Universitárias e Municipais, Associações Sindicais e Empresariais, Leitorados do Instituto Camões a particulares (utilizadores externos que acedem ao CDI).



#### **IV – CENTRO DE INFORMÁTICA (CIN)**

Em 2002, O Centro de Informática investiu sobretudo na criação das infra-estruturas da rede informática e na instalação da plataforma tecnológica, com o objectivo de criar uma rede estável e segura.

Nesse sentido, foi iniciada no principio do ano, a obra de cablagem estruturada nas instalações da Av. da Liberdade, 192 e R. Rodrigues Sampaio, 3, tendo sido instalados 3 armários bastidores para suportarem as ligações de todos os utilizadores daquelas instalações. Após a conclusão destes trabalhos, procedeu-se ao baldeamento da rede de voz (1ª fase) e ao baldeamento da rede de dados (2ª fase) para a nova rede de voz e dados.

Após auditoria à rede e às telecomunicações existentes, procedeu-se ao desenho e à implementação de uma nova rede: a ligação RDIS que permitia o acesso à Internet, com serviço pouco eficiente e com elevados custos, foi substituída por um circuito digital dedicado a 256 Kbps, com um custo mensal fixo, e alargada a sua navegação a todos os utilizadores do ICP, 24 horas por dia. Em termos de segurança no acesso à Internet, apostou-se no controle de conteúdos, composto por antivírus, filtro URL's e plugin de exchange. Instalado e configurado Firewall Nokia, inibindo intrusões e gerindo as ligações remotas aos *sites* externos do ICP (Serviços da R. Francisco Manuel de Melo, R. Braamcamp, Av. Dq. Ávila, Av. da Liberdade, 258), à Olisnet, ao Instituto Informática, à DGAC.

Em Junho, as obras de recuperação do espaço dedicado ao novo Centro de Informático foram concluídas. Procedeu-se então à mudança física dos servidores (então instalados na R. Rodrigues Sampaio, 3, 3º) e das várias ligações (acesso da Minimal, ligações RDIS à Olisnet e à DGAC, etc.) existentes naquelas instalações.

Efectuou-se ainda a substituição do equipamento activo ( Hubs existentes nas várias instalações que permitiam a ligação das várias redes) por switches que proporcionam um melhor desempenho das redes e uma maior segurança. Recolha de todos os modems encontrados nas instalações, por perigarem a segurança da rede.

Em Junho, foram feitos upgrades dos circuitos que permitem a ligação da rede de voz e dados da sede com as instalações dos *sites* externos, tendo sido duplicado a largura do canal de dados (de 64Kbps para 128 Kbps) dos Serviços da R. Francisco Manuel de Melo, da R. Braamcamp e da Av. Dq. Ávila. Alargamento da WAN, com o estabelecimento de um circuito RDIS que permitiu a ligação e integração do *site* da R. da Junqueira à rede do ICP.



Migração dos servidores para 2000 Server e configuração de servidores de Exchange 2000 (e-Mail), tendo então sido terminada a ligação existente com a Telepac, onde se encontravam alojadas as caixas de correio de alguns funcionários e a página institucional do ICP. Em Maio, o CIN passou a ser responsável pela publicação da Página Institucional, tendo sido configurado para o efeito um servidor Web. Com a instalação dos servidores de Exchange 2000, foram criadas caixas de correio para todos os utilizadores, com o subdomínio icp.mne.gov.pt.

Com o propósito de licenciar o software instalado nos postos de trabalho e nos servidores foi realizado Acordo com a Microsoft.

Ao longo do ano foram adquiridos vários equipamentos informáticos, sendo de salientar servidores, PC's e impressoras, no que resultou na renovação de 50 % dos postos de trabalho. Dos PC's que foram substituídos, foram configurados 10 PC's , que foram remetidos para a Embaixada de Portugal em Cabo Verde, para distribuição pelas escolas daquele país.

Houve durante todo o ano um grande investimento dos recursos humanos deste Centro, no apoio aos utilizadores informáticos, com intervenções técnicas mas também pequenas acções de formação e esclarecimento.

No que respeita à parte aplicacional que dá suporte aos serviços de Gestão Financeira e de Recursos Humanos, foi realizada a migração de BD em access relativa ao processamento dos bolseiros timorenses para o módulo de Bolseiros da aplicação Minimal e parametrização de processamento próprio; migração dos dados patrimoniais para o módulo da Minimal e início da parametrização do mesmo. Grande desenvolvimento na área dos RH. Na Tesouraria, criação de ficheiros de pagamentos através do homebanking. Iniciada a ligação através de circuito digital dedicado ao Instituto de Informática com vista a utilização do módulo SIC da Reforma Administrativa e Financeira do Estado. Iniciado também a criação de interface entre os ficheiros contabilísticos da Minimal e o SIC.

A Chefe de Divisão do Centro de Informática representou o ICP e fez parte do Grupo de Trabalho para a Modernização Informática do MNE (GTMIT) com o objectivo final de criar uma Intranet do MNE. Nesse sentido e durante o ano, foram feitos os levantamentos das redes existentes em todos os Institutos e Direcções Gerais do MNE. Foram adjudicados a três firmas os estudos respeitantes à Arquitectura dos Sistemas de Informação, às Telecomunicações e à Segurança do MNE.



## V – COOPERAÇÃO BILATERAL

### 1. COOPERAÇÃO LUSO-ANGOLANA

#### *Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)*

---


#### *Núcleo de Coordenação de Angola (NCA)*

A cooperação Luso-Angolana foi objecto de desenvolvimentos significativos em 2002, último ano do PIC 2000-2002, cuja execução prática nos dois primeiros anos foi bastante modesta – cerca de 50% das previsões orçamentais.

Alcançada a paz em Angola, e após a Visita Oficial de SExa. MNECP<sup>7</sup> àquele país, deslocou-se a Luanda, em Maio, uma missão conjunta ICP/APAD que, com os parceiros locais passou em revista o desenvolvimento do PIC 2000-2002, analisou as acções possíveis até final do ano e discutiu as linhas gerais do PIC 2003-2005, tendo em conta as prioridades angolanas e as previsíveis disponibilidades portuguesas.

Uma segunda ronda negocial ocorreu em Lisboa, em finais de Julho, ficando acordado novo encontro em Luanda antes do fim do ano, para acerto do PIC 2003-2005, a assinar no início de 2003. Este encontro não se realizou, entre outros motivos, por se encontrar em curso a fusão entre o ICP e a APAD.

No que respeita à intervenção directa do Núcleo de Coordenação, destaca-se:

 Programa de Cooperação entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e o Ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola, na área da inserção social para o triénio 2000/2002:

Coordenação do ICP na angariação e envio do material (didáctico, escolar, informático e diversos equipamentos), resultado da contribuição de diversas entidades públicas e privadas. A iniciativa realizou-se no âmbito da parceria entre o ICP e o MSST, formalizada em 25 de Julho de 2002, entrando o ICP nos acordos de parceiros, que englobam os seguintes projectos: Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário nos Municípios do Sambizanga e do Cazenga; Projecto Integrado de

---

<sup>7</sup> O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.



*Relatório de Actividades 2002*

Desenvolvimento Sociocomunitário dos Municípios das Ingombotas e da Samba (Comuna dos Ramiros); Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário na Missão da Corimba.

✚ Reabilitação do Instituto D. Pedro V (Luanda): Projecto que resulta de Protocolo assinado entre o ICP e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), em 1997, e que é executado pela Santa Casa da Misericórdia de Luanda. À Cooperação Portuguesa cabe o papel de financiador das obras de recuperação e reabilitação, tendo sido paga a última tranche em 2002 com verbas da APAD.

*Divisão de Bolseiros*

<b>BOLSAS DE ESTUDO - ANGOLA</b>	
Doutoramentos	3
Mestrados/Pós-Graduações	8
Licenciaturas	69
Ensino Secundário/Profissional	16
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Doutoramentos	2
Mestrados/Pós-Graduações	4
Licenciaturas	13
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>
<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - ANGOLA</b>	
Engenharia Civil	4
Estatística	1
Saúde	2
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>



## **Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)**

---

### **Sectores de Actuação**

#### **Educação**

Projecto entre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto: análise do plano de actividades para o ano lectivo 2002/2003, tendo em vista o financiamento das acções que se centram sobretudo na docência e na aquisição de bibliografia e edição de manuais.

#### **Saúde**

- Foi assegurada, em articulação com o Núcleo de Coordenação, a participação do ICP numa reunião sobre a cooperação no sector da Saúde em Angola, promovida pela Direcção Geral de Saúde (DGS). O encontro juntou os diferentes organismos do Ministério da Saúde com actividade de cooperação naquele país bem como representantes da Plataforma de ONGD<sup>8</sup> e de ONG no terreno com o objectivo de inventariar as iniciativas em curso, os seus constrangimentos, e promover sinergias e complementaridades no sentido de conferir maior visibilidade à presença portuguesa neste sector prioritário. Em termos de propostas de trabalho salienta-se a criação de um coordenador/país na DGS, a institucionalização da troca e disseminação de informação, o aprofundamento de áreas tais como o não-retorno de médicos, a utilização das estruturas das ONG no terreno para acções de emergência e a criação de uma estrutura logística comum no terreno.
- Foi ainda acompanhada na DGS a preparação e implementação de novas vertentes da intervenção institucional, nomeadamente o projecto das Meningites e o do Tratamento de Resíduos Hospitalares.

#### **Agricultura**

Com o apoio do ICP e da APAD foi publicado o Estudo “Inventariação dos Recursos em Terras com Aptidão para o Regadio da Bacias dos Grandes Rios de Angola”, da autoria do Eng<sup>o</sup> Castanheira Diniz, o qual abrange as bacias do Kuanza, do Noroeste

---

<sup>8</sup> ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.





(desde os rios Zaire ao Congo) e do Sudoeste (desde os rios Catumbela ao Curoca) de Angola, e que poderá constituir um importante instrumento para a elaboração de planos de desenvolvimento territorial e para o ordenamento em termos do seu aproveitamento agrícola com base no regadio.

#### **Fornecimento de água e saneamento**

No domínio dos Recursos Hídricos foi apresentado em Luanda, em Fevereiro de 2002, o Plano para a Utilização Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene. Para o efeito realizou-se uma Mesa Redonda na qual participaram representantes de diferentes sectores angolanos, tendo-se preparado a participação do Coordenador do Plano, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

#### **Protecção social e promoção do emprego**

As intervenções situaram-se em centros infantis, comunidades de jovens e famílias, através do desenvolvimento dos seguintes projectos: Projecto Integrado de Desenvolvimento Socio-comunitário da Missão de Corimba; Projecto Integrado de Desenvolvimento Socio-comunitário dos Municípios das Imgombotas e da Samba; Projecto Integrado de Desenvolvimento Socio-comunitário dos Municípios do Sambizanga e Cazenga. Estão ainda a ser ultimados Acordos de Parceiros para o Projecto da Casa Pia de Luanda, Projecto de Alfabetização para Crianças, Jovens e Adultos na Província de Kwanza Norte e Centro de Formação Profissional e Encaminhamento para o Auto-emprego.

#### *Divisão de Cooperantes*

Não obstante a publicação na ordem jurídica interna, em 1990, do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica entre Portugal e Angola, os cooperantes na área técnico-económica foram em número muito reduzido e apenas em casos muito pontuais e em sectores muito específicos (por exemplo, a contratação de cooperantes para o Complexo Escolar Marítimo “Helder Neto”). Assim, nesta área, não houve nenhum cooperante durante o ano de 2002, como sucedeu nos anos antecedentes.

Na área sócio-cultural, assinala-se apenas um professor, no Centro Universitário de Angola, que renovou o contrato pela terceira e, em princípio, última vez.

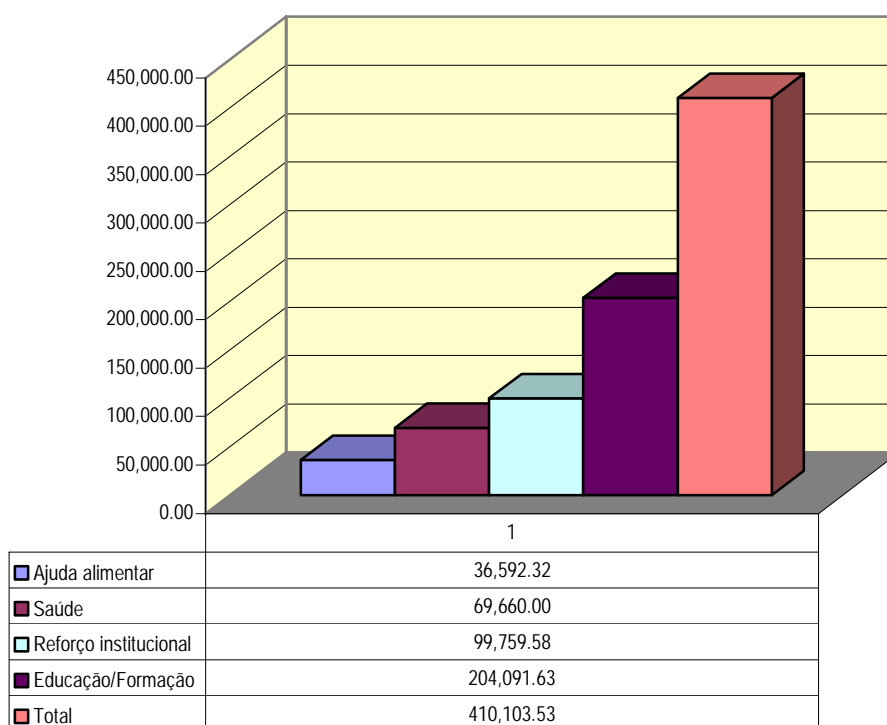


## Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)

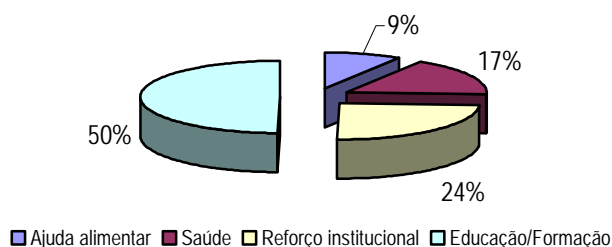
### Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

Angola atingiu 24% dos subsídios atribuídos, com sete projectos apoiados.

Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD  
2002



Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD  
2002





### *Ajuda Humanitária*

A Cooperação Portuguesa levou a cabo três missões humanitárias, que consistiram no envio de produtos de natureza diversa, nomeadamente nas áreas de ajuda alimentar e segurança alimentar, medicamentosa e necessidades básicas, em aviões especialmente fretados para o efeito. Estas acções foram ainda reforçadas pelo envio de dois contentores, por via marítima, com material escolar e publicações em Língua Portuguesa. O montante despendido representou 30% do total da ajuda prestada pelo ICP.

### *Outras Actividades*

Acompanhamento de Programas e Acções das ONGD: No âmbito da segunda ajuda humanitária prestada a Angola, deslocou-se a este país uma equipa do ICP, com a missão de acompanhar a distribuição da ajuda e monitorizar a actividade das ONGD portuguesas que desenvolvem a sua actividade nesta região.

Nesta missão, foram igualmente visitados diversos projectos de desenvolvimento, na província do Huambo e Luanda, das seguintes ONGD: IMVF (Instituto Marquês de Valle Flor), CIC (Associação para a Cooperação Intercâmbio e Cultura), VIDA (Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento), IPMP (Instituto Português de Medicina Preventiva), REMAR e OIKOS.



## **2. COOPERAÇÃO LUSO-CABOVERDIANA**

### ***Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)***

---

#### ***Núcleo de Coordenação de Cabo Verde (NCCV)***

A actuação do NCCV em 2002, pautou-se por actividades fundamentalmente de apreciação/análise de projectos na óptica de acompanhamento e adequação ao PAC 2002, assinado em 11 de Junho de 2002, por SEEx. o SENEC<sup>9</sup> e respectiva homóloga caboverdiana. Este é constituído por projectos correspondentes às grandes linhas de orientação desagregadas em seis eixos estratégicos plasmados no Programa Integrado de Cooperação - PIC 2002/2004, assinado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de ambos os países, em Novembro de 2001.

A área mais significativa de intervenção em 2002 é, sem dúvida, a relacionada com o reforço da estabilidade macro-económica, não só pelos montantes avultados que envolve mas, sobretudo, pela importância que as acções desenvolvidas no âmbito do Acordo Cambial assumem no contexto da economia caboverdiana.

As acções desenvolvidas nos eixos de desenvolvimento de infra-estruturas e da melhoria da competitividade do sector empresarial caboverdiano também tiveram expressão e foram executadas no âmbito de projectos com continuidade – definidos no documento do triénio.

No apoio à consolidação das instituições ressaltam-se as intervenções no âmbito do planeamento (foi dado início ao levantamento aero-fotogramétrico de Cabo Verde, trabalho que irá permitir uma intervenção mais consolidada e efectiva na recuperação da Cidade Velha, nomeadamente da Sé Velha) e no campo do trabalho e solidariedade.

Na área da valorização dos recursos humanos salienta-se o projecto de formação académico-profissional em Portugal de quadros caboverdianos, matéria que é executada sob a responsabilidade financeira do ICP com a contribuição técnica do M. da Educação/Ensino Superior. Neste âmbito refere-se, igualmente, o co-financiamento de bolsas para formação técnico-militar – agentes da PSP e oficiais das FA.

---

<sup>9</sup> Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.



Também destacam outros dois projectos: “Apoio ao desenvolvimento do ensino secundário” que contou com financiamento expressivo do ICP – pagamento aos 83 cooperantes professores que, no terreno, asseguram as actividades lectivas e apoio financeiro ao projecto “Comissão Paritária” e acções afins – missões ao terreno de docentes do ensino superior que ali asseguraram a docência de disciplinas de curso superiores e bacharelatos em áreas como turismo, educação física e formação de docentes, em diversas Escolas Superiores do país.

Existem mais dois eixos em que a intervenção do ICP teve expressão – a valorização da cultura através do apoio a diversas manifestações culturais, destacando-se a “Feira do Livro” e a prestação de apoio a iniciativas da sociedade civil.

### *Divisão de Bolseiros*

<b>BOLSAS DE ESTUDO - CABO VERDE</b>	
Mestrados/Pós-Graduações	14
Licenciaturas	143
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Mestrados/Pós-Graduações	4
Licenciaturas	20
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - CABO VERDE</b>	
Engenharia Civil	3
Estatística	1
Saúde	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

### *Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)*

#### **Saúde**

Na sequência da deslocação à cidade da Praia de uma delegação do Ministério da Saúde português, foi acompanhado o desenvolvimento dado às principais decisões daí decorrentes, nomeadamente a elaboração um Protocolo para a instalação de um serviço de diálise em Cabo-Verde, numa parceria com o sector privado, e a estruturação de intervenções no âmbito da Oncologia Clínica e da Cardiologia Pediátrica.



### Divisão de Cooperantes

O primeiro projecto de Apoio ao Ensino Secundário, envolvendo o envio de um contingente de professores, teve início em Cabo Verde, no ano lectivo de 1998/99. No quadro seguinte, apresenta-se o número total de professores por disciplina (há que ter em consideração que um ou outro dos docentes da área da linguística deram aulas em mais que uma disciplina, mas optou-se por considerar apenas uma, apenas por mera simplificação) e, seguindo esse critério, os dados, relativos e absolutos, respeitantes aos que não renovaram os seus contratos.

DISCIPLINA	PROFESSORES 2001/02	NÃO RENOVARAM	
		NÚMERO	%
Português	46	11	24%
Inglês	8	1	13%
Matemática	19	1	5%
Física e Química	3	2	67%
Ed. Visual e Tecnol.	5	2	40%
Francês	0	0	0%
Ciências	1	0	0%
História	0	0	0%
TOTAL	82	17	21%

Para o ano lectivo de 2002/2003, o número de professores contratados passou para 85, conforme se pode analisar no próximo quadro.

DISCIPLINA	CONTRATO		TOTAL
	RENOVADO	NOVO	
Português	35	3	38
Inglês	7	4	11
Matemática	18	7	25
Física e Química	1	4	5
Ed. Visual e Tecnol.	3	0	3
Francês	0	1	1
Ciências	1	0	1
História	0	1	1
TOTAL	65	20	85

Como cooperantes, continuaram a exercer funções em Cabo verde um médico e uma professora.

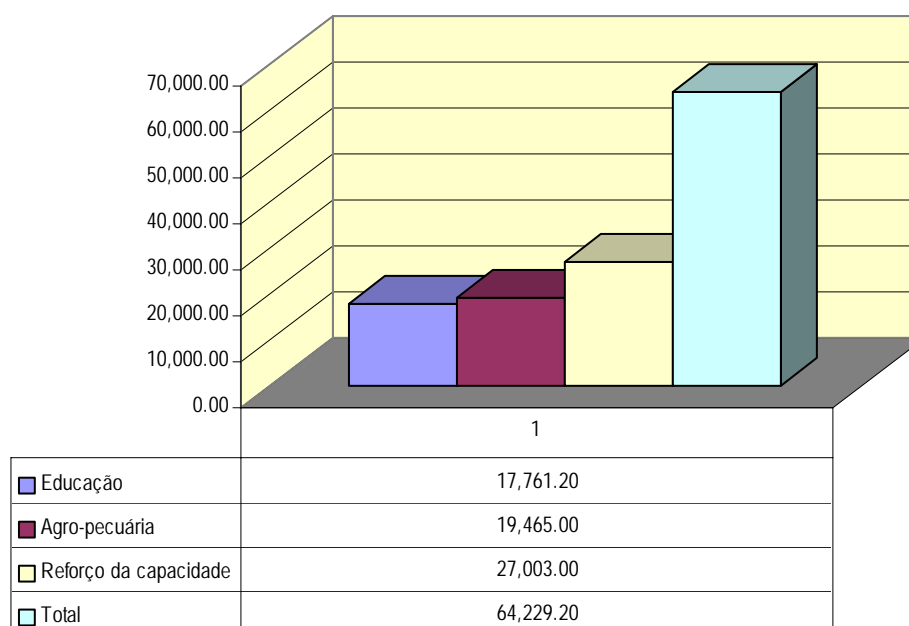


## Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)

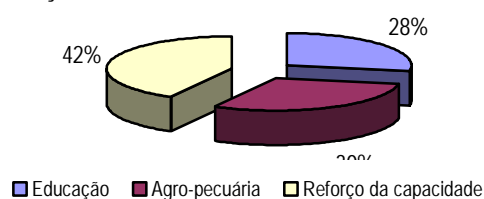
### Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

Cabo Verde beneficiou de 4% dos subsídios atribuídos, com três projectos apoiados.

Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD 2002



Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD 2002



### Ajuda Humanitária

O ICP prestou ainda assistência na área da educação à Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste, pelo apoio concedido à campanha “Educar na Solidariedade” da Fundação *Pro Dignitate* com o envio de material escolar .



### 3. COOPERAÇÃO LUSO-GUINEENSE

#### *Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)*

---

##### *Núcleo de Coordenação de Guiné-Bissau (NCG)*

A situação de instabilidade política na Guiné-Bissau, ao longo de 2002, condicionou fortemente o desenvolvimento dos projectos de cooperação em curso naquele país e dificultou a negociação de outros, inviabilizando mesmo a concertação e assinatura do PAC 2002.

Não obstante esta situação e as frequentes mudanças de interlocutores responsáveis sectoriais nos diversos ministérios, foi possível reactivar projectos lançados antes do conflito de 1998-1999, dar continuidade a outros iniciados após o conflito e arrancar com acções novas, perspectivando as linhas gerais e os objectivos centrais da negociação a encetar com vista ao PIC 2003-2005.

Uma missão conjunta ICP/APAD, realizada em Maio, permitiu passar em revista diversos projectos em curso na Guiné-Bissau, e possibilitou a análise de projectos de reabilitação e equipamento de infraestruturas escolares e hospitalares a desenvolver proximamente naquele país.

No que respeita ao Núcleo de Coordenação e aos projectos e acções em que de uma ou de outra forma teve intervenção directa, faz-se referência aos seguintes, que deverão ser completados com as contribuições sectoriais:

✚ Parque Natural das Lagoas de Cufada: Este projecto foi, até Novembro de 2001, objecto de financiamento da União Europeia e da Cooperação Portuguesa, sendo que a partir dessa data a União Europeia deu por concluída a sua participação. A continuidade do Projecto foi assegurada pelo Instituto de Conservação da Natureza - ICN (assistência técnica e formação no terreno) e pelo ICP, que financiou missões de estudo do ICN e do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) nos domínios da geologia, pedologia, botânica e zoologia.

✚ Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau: Apoio ao envio de uma ambulância destinada ao Hospital Central Simão Mendes e de uma viatura para funcionar como biblioteca itinerante destinada à Comunidade Missionária Franciscana.





✚ Apoio à publicação de dois livros sobre Direito Comercial da Guiné-Bissau: “Tratado da Harmonização do Direito dos Negócios em África – Tratado de OHADA (Contexto, História, Finalidade, Âmbito de Aplicação, Organização e Actos Uniformes)” e “O Acto Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e do Agrupamento Complementar de Empresas – Considerações Gerais”, do Dr. Tiago Soares da Fonseca, docente da Faculdade de Direito de Lisboa.

✚ Plataforma de Cooperação com a Guiné-Bissau (Escola Secundária de Monserrate – Viana do Castelo): Apoio ao envio de um contentor com um parque infantil, material didáctico e lúdico e máquinas de escrever, destinado ao município de Cacheu.

✚ Feira do Livro Português em Bissau: Aquisição de livros, envio de um contentor com todo o material adquirido pelo IPLB, ICA e ICP destinado à realização da Feira e disponibilização de viaturas do ICP em Bissau para transporte de livros para as Amostras do Livro Português em Bafatá, Catió, Mansoa e Canchungo.

✚ Programa de Cooperação entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal e o Ministério da Administração Pública e do Trabalho da Guiné-Bissau, nas áreas do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da segurança social e da inserção social para o triénio 2000/2002:

Coordenação do ICP na angariação e envio do material (didáctico, escolar e informático e diversos equipamentos), cedido por entidades públicas e privadas.

Este programa engloba os seguintes projectos:

- Reabilitação do Centro de Formação Administrativa (CENFA);
- Apoio ao Centro de Instrução de Formação Artesanal e Profissional (CIFAP);
- Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário no Bairro de Quelele (PIQUE);
- Apoio aos serviços do Ministério;
- PROSOCIAL – Instituto Nacional de Previdência Social.



### Divisão de Bolseiros

<b>BOLSAS DE ESTUDO - GUINÉ-BISSAU</b>	
Doutoramentos / Investigação	2
Mestrados/Pós-Graduações	16
Licenciaturas	101
Ensino Secundário/Profissional	13
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Mestrados/Pós-Graduações	4
Licenciaturas	20
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>
<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - GUINÉ-BISSAU</b>	
Administração Local	3
Estatística	1
Saúde	1
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>

Tendo em vista o apoio ao sistema de ensino nos PALOP e ainda providenciar a frequência do ensino secundário, como via de acesso ao ensino superior, nos seus países de origem, o ICP concedeu bolsas de estudo internas:

<b>BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS</b>	
GUINÉ-BISSAU	49

### Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)

#### Educação

- No âmbito do *Ensino Superior* salienta-se o Projecto entre a Faculdade de Direito de Bissau e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em moldes idênticos aos dos anos lectivos anteriores. Procedeu-se à análise do Plano de Actividades para o ano lectivo 2002/2003, tendo em vista a prossecução do Projecto. Esta cooperação inclui a colocação em Bissau de dois professores, o pagamento de bolsas de regência e assiduidade a professores guineenses, e ainda a aquisição e envio de bibliografia.



- O *Ensino Básico* centrou-se no PASEG - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino na Guiné-Bissau: Programa que contempla o ensino da Língua Portuguesa, a Formação de Professores, Apoio didáctico e informático, Revisão curricular e Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos Escolares, num sistema de coordenação e co-financiamento com o Ministério da Educação (GAERI), responsável pela sua execução. Para além de missões técnicas para formação de formadores foi adquirido diverso material de apoio para os professores e alunos das escolas (bibliografia e diverso equipamento eléctrico, electrónico e informático). Financiaram-se ainda acções de formação de professores ministradas pela Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

### **Agricultura**

Destaca-se o Projecto “Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo”, cujo Protocolo de Execução foi assinado em 2001, com a duração de 4 anos. Visa a melhoria e diversificação da produção e a dieta alimentar da população da Guiné-Bissau e a melhoria das formas de comercialização e de conservação e/ou transformação dos produtos hortofrutícolas. Em Novembro de 2002 participou-se na 1ª reunião da Comissão Paritária do Projecto. Constataram-se substanciais melhorias nas infra-estruturas e funcionamento do Centro, resultado da intervenção do Projecto.

### **Protecção social e promoção do emprego**

Os projectos tiveram várias vertentes: a formação profissional, quer tendo em vista a reconversão de funcionários públicos quer a preparação de jovens para o mercado de trabalho; a concessão de micro-crédito para (re)lançamento de pequenos negócios; o apoio a centros infantis.

### **Finanças públicas**

Foi acompanhada a realização de uma visita de trabalho a Portugal da equipa de dirigentes do Tribunal de Contas da RGB ao seu homólogo português.



### *Divisão de Cooperantes*

O projecto de apoio ao ensino secundário teve início no ano lectivo de 2000/01, envolvendo a contratação de 10 professores de língua portuguesa, para leccionar em três dos Liceus de Bissau. No ano lectivo de 2001/02, que terminou em Agosto de 2002, todos os professores envolvidos no projecto renovaram os seus contratos. Foi, entretanto, contratada mais uma docente no último ano lectivo, permitindo a deslocação de um dos professores para apoio à área da formação, na Escola “17 de Fevereiro”.

No ano lectivo de 2001/02, houve outros dois professores que continuaram a exercer funções na Guiné-Bissau, embora como cooperantes, sendo ambos vinculados ao Ministério da Educação. Os contratos terminaram no final de Agosto e o processo de renovação tem-se vindo a prolongar para além de 2002.

Para além destes professores, apenas uma outra cooperante exerceu funções na Guiné-Bissau em 2002, como consultora do Ministério da Administração Pública no âmbito do Programa de Reforma da Administração Pública guineense, a qual foi contratada em 2001 pelo período de dois anos.

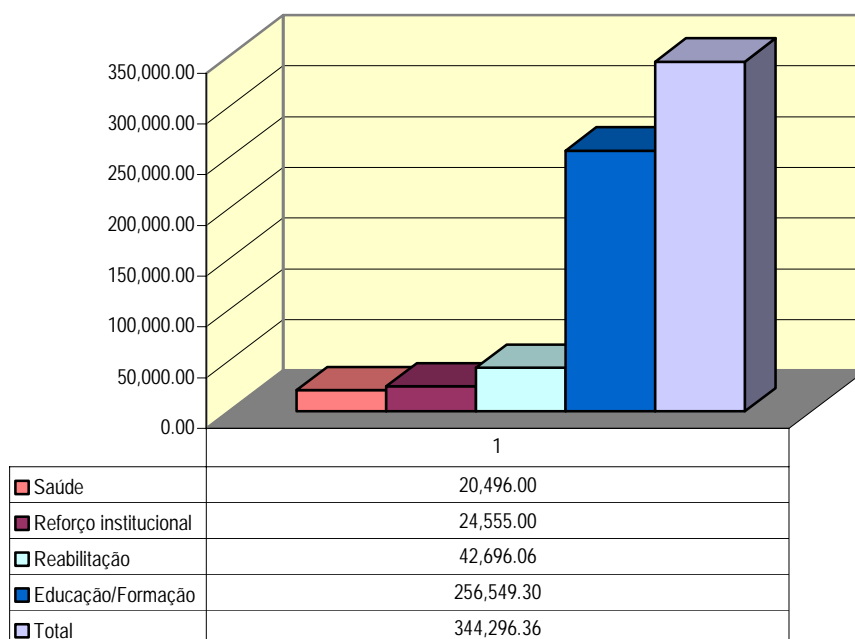


*Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)*

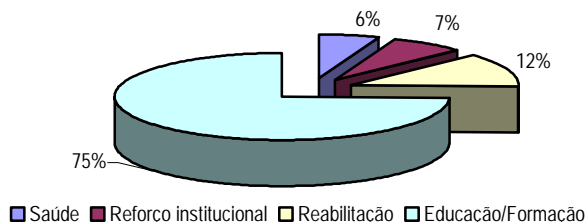
*Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento*

A Guiné-Bissau totalizou 20% dos subsídios atribuídos, com 10 projectos apoiados.

Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD  
2002



Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD  
2002





### *Ajuda Humanitária*

- o Em resposta ao apelo do Governo da Guiné-Bissau, o ICP enviou ajuda humanitária composta por 2,5 toneladas de medicamentos e material médico, destinados ao combate do surto de cólera naquele país.
- o O ICP prestou ainda assistência na área da educação à Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor Leste, pelo apoio concedido à campanha “Educar na Solidariedade” da Fundação Pro Dignitate com o envio de material escolar.

### *Outras Actividades*

Acompanhamento de Programas e Acções das ONGD: A Directora de Serviços deslocou-se em missão oficial a este país, com o objectivo de conhecer e acompanhar os projectos das ONGD financiados pela Cooperação Portuguesa.

Assim, foram visitados os projectos do IMVF, IED (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento), ACEP (Associação para a Cooperação entre os Povos), VIDA, ISU (Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária), tendo igualmente aproveitado a oportunidade para efectuar reuniões de trabalho com ONG guineenses como a AD, AIFA PALOP e TINIGUENA.



## 4. COOPERAÇÃO LUSO-MOÇAMBICANA

### *Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)*

---

#### *Núcleo de Coordenação de Moçambique (NCM)*

Tendo em consideração, por um lado, a impossibilidade de, como estava previsto, assinar o Programa Indicativo de Cooperação que vigoraria no triénio 2002-2004, e por outro, a inexistência de um Programa Anual de Cooperação, o ano de 2002 ficou marcado pela continuidade de vários projectos, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde (este último foi objecto de uma avaliação externa).

De um modo geral, a execução orçamental de 2002 ficou aquém das expectativas inicialmente programadas, o que corresponde a uma taxa de execução muito baixa não só por falta de iniciativa e de capacidade institucional de Moçambique, mas também por falta de recursos de Portugal.

No que respeita ao trabalho desenvolvido por esta Coordenação, salienta-se:

✚ Tramitações relativas à Transferência de bens do ICP: Com a extinção dos serviços da Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Pretória, ficou disponibilizado todo o acervo patrimonial adquirido pelo ICP aquando da criação e instalação daqueles serviços. Tendo em conta que o ICP é proprietário dos bens, propôs-se a afectação dos mesmos à delegação da cooperação em Maputo, tendo sido elaborada uma informação de serviço autorizada em conselho directivo do ICP.

✚ Ilha de Moçambique – missão: Na sequência da proposta de parceria para uma intervenção concertada na Ilha de Moçambique, apresentada pela Cooperação Portuguesa em finais de 2001, realizou-se uma missão à Ilha, em Fevereiro de 2002, na qual participaram várias entidades. Constituíram objectivos desta missão (i) tomar contacto com a realidade da Ilha e discutir *in loco* a intervenção pretendida, e (ii) desenvolver contactos no sentido de definir o interlocutor moçambicano. Na sequência da missão considerou-se essencial a contratação de uma cooperante portuguesa para as funções de conservadora no museu da Ilha de *focal point* da parceria.



✚ Evacuação de doentes moçambicanos: Ao abrigo do Acordo de Cooperação no Domínio da Saúde celebrado com Moçambique em 1981, Portugal (através do ICP) responsabiliza-se por 50% das despesas com alojamento e alimentação efectuadas pelos doentes em regime de tratamento ambulatório, já que a prestação de cuidados médicos nos hospitais é suportada pelo Ministério da Saúde.

✚ Convenção de Combate à Desertificação: Acompanhamento das actividades decorrentes da cooperação do ICP no contexto desta Convenção.

### *Divisão de Bolseiros*

<b>BOLSAS DE ESTUDO - MOÇAMBIQUE</b>	
Doutoramentos	1
Mestrados/Pós-Graduações	16
Licenciaturas	122
Ensino Secundário/Profissional	3
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Mestrados/Pós-Graduações	8
Licenciaturas	17
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>
<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - MOÇAMBIQUE</b>	
Administração Local	9
Estatística	1
Hidrografia	1
Instituto da Água	1
Pescas	2
Saúde	1
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>

Tendo em vista o apoio ao sistema de ensino nos PALOP e ainda providenciar a frequência do ensino secundário, como via de acesso ao ensino superior, nos seus países de origem, o ICP concedeu bolsas de estudo internas:

<b>BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS</b>	
MOÇAMBIQUE	5
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>





## **Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)**

---

### **Educação**

- No domínio do *Ensino Superior* salienta-se o projecto que a Faculdade de Direito de Lisboa desenvolve com a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM). Procedeu-se à análise do Plano de Actividades 2002/2003, encontrando-se presentemente em Maputo três professores, recebendo ainda a FDUEM diversa bibliografia de apoio.
- No âmbito da cooperação entre a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade Católica de Moçambique foi concedido um subsídio, a fim de permitir a três alunos concluírem a licenciatura em Direito.
- Protocolo ISCTE/ICP - Foi financiada a deslocação de dois professores à Universidade Eduardo Mondlane, que prestaram a sua colaboração à licenciatura em Antropologia leccionando algumas matérias. Foram ainda concedidas 10 bolsas a alunos dos PALOP para frequência do mestrado em Estudos Africanos.

### **Agricultura**

- Programa de Apoio Institucional à Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Gaza: no início de 2002, foi concluído o programa trienal acordado. Tem-se vindo a articular com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) a identificação e estruturação de um novo programa trienal que dê continuidade às intervenções consideradas prioritárias na província de Gaza.
- Apoio ao Ensino Agrário/Reabilitação da Escola Agrária do Chokwé: foi acompanhada com o MADRP a evolução dos trabalhos. Concluído o diagnóstico do estado físico da Escola e dos equipamentos, definidas as prioridades de actuação e elaborados os cadernos de encargos, foram recolhidas propostas de orçamentos para execução das obras e fornecimento de equipamentos, no sentido de se obterem os necessários meios financeiros.



- Protocolo do Centro de Cooperação Agrária (CCA) da Fundação Portugal-África - foram acompanhados os trabalhos desenvolvidos por este Centro através da participação nas reuniões do Conselho de Estratégia do CCA, realçando-se a actividade do CCA no âmbito do *Programa Competir* que visa o desenvolvimento agrário integrado da região do Chokwé, no vale do Limpopo. Foram já elaborados os termos de referência para a preparação dos projectos prioritários, tendo-se adjudicado os seguintes projectos: “Capacitação de Associações de Agricultores”, “Reflorestação e Energias Alternativas”, “Modelo de Exploração de Gado”, Unidade de Embalagem de Tomate e Feijão Verde”, “Estudo da Entidade Gestora e do Instrumento Financeiro” e “Programa Integrado para a Competitividade da Produção de Arroz no Chokwé”.

#### **Protecção social e promoção do emprego**

Destaca-se o apoio na construção, instalação e funcionamento do Instituto Nacional de Deficientes Visuais da Beira e a assinatura de Acordos de Parceiros para o desenvolvimento dos Projectos de Apoio ao Emprego e Formação Profissional de Mumemo e do Centro de Dia Mães de Mavalane.

#### *Divisão de Cooperantes*

De salientar, no ano de 2002, a decisão de não renovar os contratos dos quatro cooperantes da área técnico-económica que ainda permaneciam em funções. Na área sócio-cultural, apenas uma professora se manteve em actividade, no projecto de ensino Especial para Apoio à Deficiência Mental, já que a outra cooperante que exercia funções no Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa terminou o seu contrato, sem que o mesmo tivesse sido renovado.

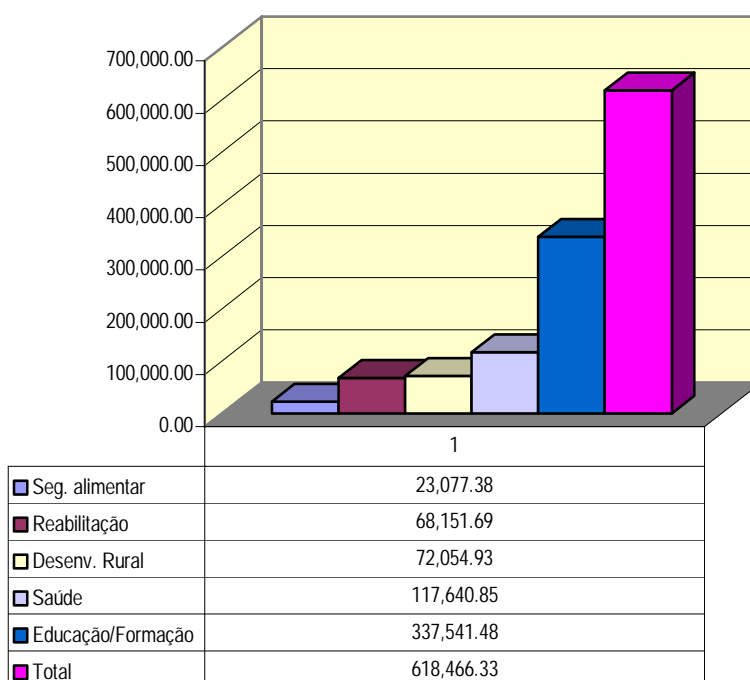


## Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)

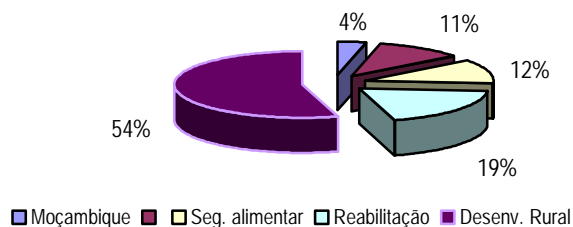
### Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

Moçambique obteve 35% dos subsídios atribuídos, com 15 projectos apoiados.

#### Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD 2002



#### Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD 2002



### Ajuda Humanitária

No âmbito da crise humanitária na África Austral e do apelo da ONU, o ICP adquiriu, de acordo com as prioridades moçambicanas, diversos medicamentos e material médico, correspondentes a 6% da verba despendida com ajuda humanitária.



## 5. COOPERAÇÃO LUSO-SANTOMENSE

### *Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)*

---

#### *Núcleo de Coordenação de São Tomé e Príncipe (NSTP)*

Contrariamente ao previsto em finais de 2001, não chegou a ser assinado um Plano Anual de Cooperação (PAC) com STP, pelo que o NSTP se limitou a gerir a situação herdada de 2001 e, em articulação com a Direcção de Serviços de Coordenação Sectorial, a encontrar financiamento junto da APAD para a prossecução de alguns Projectos tais como o do Centro Hospitalar de S. Tomé e Príncipe e o Programa de Apoio às Médias Empresas Agrícolas. Durante todo o ano de 2002, o NSTP elaborou diversos documentos contendo propostas e análises aos projectos em curso em STP, os quais foram submetidos superiormente. Salientam-se ainda as seguintes iniciativas:

✚ Envio de material para o Instituto Diocesano de Formação (IDF) João Paulo II: A pedido da ONG Leigos para o Desenvolvimento procedeu-se ao envio de livros escolares e material didáctico destinados ao funcionamento dos laboratórios.

✚ Seminário “Marketing”, Informação e Educação para a Saúde: O ICP concedeu um subsídio para a realização do seminário em S. Tomé de 4 a 6 de Abril. O seminário, promovido pela Associação de Jornalistas santomenses, visou a formação de jornalistas no domínio da saúde aproveitando os meios de comunicação (rádio) para a transmissão e divulgação de informação.

✚ Projecto Querer e Fazer: O projecto, desenvolvido nos distritos de Caué, Lobata e Pagué em parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação de STP e com o apoio da UNICEF, visa a melhoria das condições de saúde infantil através de:

- Utilização dos professores do Ensino Básico enquanto agentes promotores e transmissores de conhecimentos e atitudes relacionadas com a saúde;
- Detecção dos problemas de saúde mais frequentes na população infantil;
- Determinação da prevalência de patologias frequentes nas crianças de S. Tomé.



✚ Envio de material informático para S. Tomé e Príncipe: cedido pelo nosso Ministério da Educação ao Centro de Competência em Tecnologia de Informação e Comunicação (Centro Nónio) do Instituto Superior Politécnico de STP, com o objectivo de ser distribuído por sete Escolas de Ensino Básico e Secundário. Segundo informação do MED (GAERI), a entrega do material foi acompanhada por uma acção de formação para os directores e professores das escolas.

✚ Financiamento da publicação da Memória da Carta Agro-Ecológica e da Vegetação de STP e da impressão da Carta Geológica de STP.

✚ Alojamento no Bairro da Cooperação de S. Tomé, a título gratuito, a um grupo de estudantes de que se deslocou a STP no âmbito do projecto Pagué: “Expedição Etnofarmacológica nas Ilhas de S. Tomé e Príncipe”, e a parte das delegações participantes na “II Bienal de Arte e Cultura de S. Tomé e Príncipe: de entreposto de escravos a entreposto cultural”.

✚ Subsídio à Escola Portuguesa de São Tomé, o qual se tem vindo a revelar da maior importância para o normal funcionamento da Escola.

✚ O ICP apoiou ainda a realização de uma missão de assistência técnica a São Tomé no âmbito do projecto de Apoio Institucional.



### Divisão de Bolseiros

<b>BOLSAS DE ESTUDO - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b>	
Mestrados/Pós-Graduações	5
Licenciaturas	62
Ensino Secundário/Profissional	12
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Mestrados/Pós-Graduações	1
Licenciaturas	9
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>
<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b>	
Engenharia Civil	1
Jornalismo	1
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

Tendo em vista o apoio ao sistema de ensino nos PALOP e ainda providenciar a frequência do ensino secundário, como via de acesso ao ensino superior, nos seus países de origem, o ICP concedeu bolsas de estudo internas:

<b>BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS</b>	
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	53
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>

### Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)



#### Saúde

- Foi preparado em articulação entre o ICP, a APAD, a DGS e o IHMT<sup>10</sup> uma proposta de Contrato-Programa para a Execução da 2ª Fase do Projecto de Centro Hospitalar de STP, a apresentar às autoridades santomenses. A elaboração do Contrato Programa e respectivos anexos (técnicos e financeiros) pretendeu definir claramente os moldes de implementação da 2ª fase do projecto e as obrigações

<sup>10</sup> Instituto de Higiene e Medicina Tropical.



das Partes, conforme artigo 5ª e 7º do Protocolo de Cooperação no domínio da Saúde, de 2000.

Para além dos quatro elementos que se encontram em S. Tomé em permanência (um médico, duas enfermeiras e um gestor), foram realizadas as seguintes missões de curta duração/assistência técnica: missão na área da imagiologia; missão para apoiar a elaboração do Plano Director do Hospital; missão na área da manutenção de equipamentos; missão na área da cardiologista e gastroenterologia. Analisou-se financeiramente o envolvimento do ICP no projecto e realizaram-se reuniões específicas com a DGS a este propósito, que permitiram estabelecer o quadro financeiro global do Projecto do Centro Hospitalar desde o 2º semestre de 2000. Foi também preparado um dossier técnico de suporte à assunção, pela APAD, dos financiamentos da cooperação portuguesa neste domínio, que envolveram o pagamento de verbas relativas a anos anteriores e a disponibilização do montante previsto no Contrato-Programa em 2002.

- o Foi assegurada a participação do ICP na Mini Mesa Redonda de Doadores sobre Paludismo, realizada em Dezembro, em São Tomé. Esta participação assumiu especial relevância dados os compromissos assumidos por Portugal no Projecto Tripartido Portugal/EUA/STP de Controlo da Malária.

Neste âmbito foi articulado com as entidades técnicas da parte portuguesa o evoluir da intervenção (ao nível do Grupo de Trabalho de Luta contra o Vector e da vertente Investigação da responsabilidade do Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais, em articulação/cooperação com a equipa americana *USNavy*) e os constrangimentos na implementação geral do projecto após o 11 de Setembro e no Grupo de Trabalho da Área Clínica da responsabilidade de Portugal (IHMT).

A preparação da participação de Portugal na Mini Mesa-Redonda justificou também a promoção de uma reunião prévia de concertação entre as entidades portuguesas envolvidas, o IHMT, o Instituto Marquês Valle Flor e a Fundação Gulbenkian.

- o No domínio do Projecto Tripartido de Controlo da Malária Portugal/EUA/STP foi assegurada a participação do ICP na Reunião Preparatória da XIV Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa Portugal/EUA bem como na reunião da respectiva Sub-Comissão Científica.



## **Agricultura**

A cooperação centrou-se no Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Agrícolas (PAMEA) e, conforme o Protocolo de Execução do PAMEA, o programa trienal acordado ficou concluído em Novembro de 2001, e desenvolveu-se dentro dos objectivos gerais e específicos estabelecidos, com maior desenvolvimento nas vertentes da *Gestão das Médias Empresas Agrícolas* e da *Diversificação Cultural*.

Tem-se vindo a acompanhar e a coordenar com o MADRP a evolução do Programa e, com vista a não prejudicar o desenvolvimento das actividades em curso, optou-se por prorrogar a execução do PAMEA até ao arranque do novo Programa de Cooperação, ainda em fase de estruturação.

Realça-se no âmbito do Programa a criação de um Sistema de Informação e Gestão das Médias Empresas Agrícolas (SIGMEA), ao qual aderiram 70 MEA (Médias Empresas Agrícolas); a capacitação de trabalhadores e empresários das MEA em técnicas culturais adaptadas à realidade santomense; e a promoção da diversificação cultural através da introdução, multiplicação e fornecimento às MEA de material vegetal de qualidade comercial.

## **Protecção social e promoção do emprego**

As intervenções centraram-se no apoio social a idosos, jovens e crianças de rua, bem como na formação profissional. Estas acções são componentes de dois grandes projectos: Centro de Formação Profissional de S. Tomé e Príncipe (Budo-Budo) e Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social em S. Tomé e Príncipe. Registou-se ainda o apoio aos serviços do Ministério do Trabalho, Emprego e Solidariedade de STP – formação profissional e aquisição de equipamento.

## **Indústrias extractivas**

No domínio da *Geologia* e no âmbito do Projecto Carta Geológica de São Tomé e Príncipe na Escala 1:25.000, assegurou-se a realização de uma missão técnica a S. Tomé com vista à conclusão dos trabalhos de campo.





### *Divisão de Cooperantes*

Foi em S. Tomé e Príncipe que foi lançado o segundo (em termos cronológicos) projecto na área do ensino, o qual teve início no ano lectivo de 1999/00, com a contratação de vários professores, todos eles com vínculo ao Ministério da Educação. Essa experiência, além de envolver encargos superiores ao da contratação de professores sem vínculo, não foi totalmente bem sucedida, de forma que, no ano lectivo de 2001/02, se optou igualmente pela contratação de jovens que não tivessem qualquer relação laboral.

Foram assim contratados 12 docentes que chegaram a S. Tomé no início de 2002, ficando 10 a leccionar no Liceu Nacional e 2 no Instituto Diocesano de Formação. Sendo 4 de Português, 2 de Matemática, 2 de Físico – Química, 2 de História, 1 de Filosofia e 1 de Biologia.

Desses professores, houve dois que não renovaram os seus contratos e um que, já em Outubro, rescindiu o seu contrato, tendo sido recrutados outros três docentes para os substituir.

De realçar, também, que os quatro professores, com vínculo ao Ministério da Educação, que desempenharam a sua profissão fora do âmbito do projecto acima indicado, ao abrigo do Estatuto do Cooperante, foram autorizados a renovar o seus contratos.

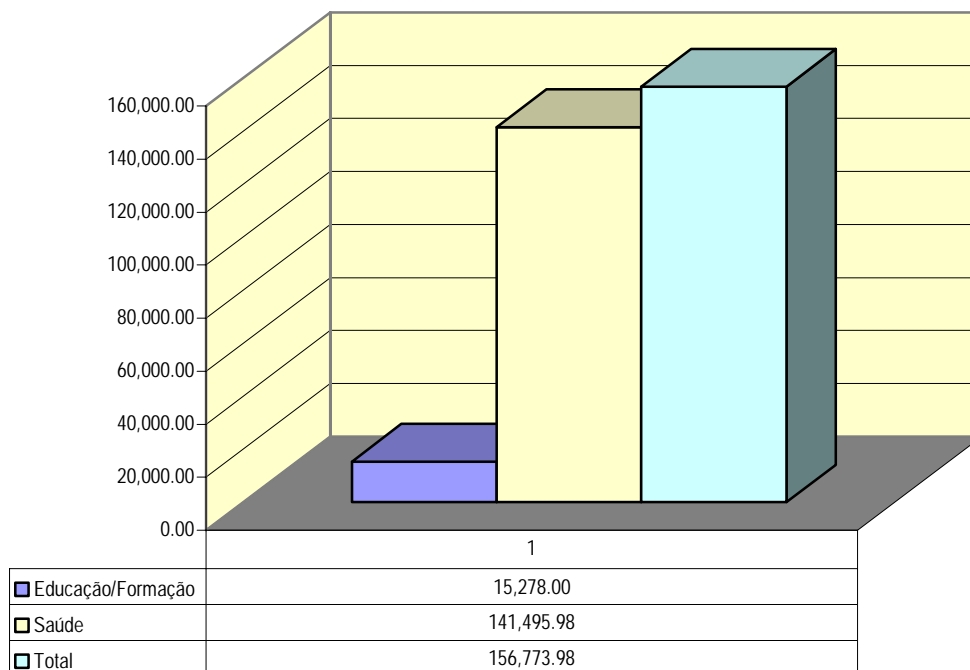


## Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)

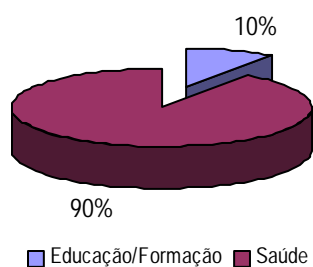
### Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

São Tomé e Príncipe beneficiou de 9% dos subsídios atribuídos, com quatro projectos apoiados.

Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD  
2002



Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD  
2002





## 6. COOPERAÇÃO LUSO-TIMORENSE

### *Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)*

---

#### *Núcleo de Coordenação de Timor Leste (NCTL)*

Para Timor Leste, o ano de 2002 ficou marcado por dois períodos distintos: até à data da sua Independência, ocorrida a 20 de Maio, o País foi gerido por uma administração transitória das Nações Unidas; a partir dessa data, um Governo Timorense, legitimamente eleito, assumiu em pleno os destinos da Nação.

No que se refere à Cooperação Portuguesa, ocorreu, na mesma data, a transferência de responsabilidades do Comissariado de Apoio à Transição de Timor Leste (CATTTL) para o ICP. Assim, a programação e acompanhamento das acções e projectos dos Programas Indicativos de Cooperação com Timor Leste (PIC), no âmbito bilateral, passaram a ser geridos pelo ICP, que deu continuidade às intervenções em curso nas seguintes áreas consideradas prioritárias:

#### **Apoio ao sistema educativo (implementação e consolidação da língua portuguesa)**

- o Actividades dos Professores portugueses destacados em Timor Leste:

*Ensino do Português como língua curricular, nas escolas pré-secundárias e secundárias*

Para corresponder às necessidades decorrentes da introdução do português como língua curricular, do 7º ao 12º ano foram contratados, em Portugal, professores para leccionar em todos os distritos de Timor Leste e em 45 sub-distritos, abrangendo cerca de 33.000 alunos.

#### *Formação de Português para Professores timorenses*

Os docentes colocados nas capitais de distrito e sub-distritos foram também responsáveis pelo funcionamento de cursos de língua portuguesa destinados aos



professores timorenses dos Ensinos Primário e Secundário. Assim, 2/3 do tempo lectivo dos professores é dedicado à leccionação de língua portuguesa em escolas pré-secundárias e secundárias e 1/3 em formação de professores timorenses.

No ano lectivo de 2000/01 estes cursos foram frequentados por cerca de 2000 docentes timorenses, com níveis médios que se consideram baixos.

No final de 2002 foram efectuadas reuniões com responsáveis do Ministério da Educação, Cultura e Desporto com o objectivo de, em conjunto com a Cooperação Portuguesa, se definirem metodologias que assegurassem a participação dos docentes timorenses e a sua efectiva capacitação para a introdução do português como língua de ensino. Na sequência destes encontros foi publicado o Despacho n.º 1/2003/MECJD de Timor Leste visando, essencialmente, o recrutamento de mais docentes timorenses.

*Formação de funcionários da administração pública, forças de segurança, jovens e grupos diversificados*

Da responsabilidade do Instituto Camões, tem decorrido em todos os distritos, abrangendo alguns grupos diversificados. Encontram-se a decorrer cursos de língua portuguesa em diversos ministérios, no Parlamento, na TVTL e na Rádio UNTAET, entre outras entidades.

*Formação de jovens pré-universitários e universitários*

Para além do curso intensivo de língua portuguesa ministrado a candidatos seleccionados para a frequência de bolsas de estudo em Portugal, foi também ministrado um curso de iniciação em Língua Portuguesa para cerca de 1500 alunos do ano propedêutico, na Universidade Nacional de Timor Leste (UNL).

Em 2001/02 a formação em Língua Portuguesa, para os cerca de 200 estudantes da UNL que frequentaram os cursos ministrados por professores da FUP<sup>11</sup>, foi assegurada por professores do projecto, apoiada pelo Ministério da Educação.

*Formação de formadores timorenses para o ensino da língua portuguesa*

Foi efectuada a formação intensiva de 40 formadores timorenses, provenientes de diversos sub-distritos, para o desenvolvimento do ensino do português no ano lectivo

---

<sup>11</sup> Fundação das Universidades Portuguesas.



de 2001/02, em todo o território, com particular incidência nas escolas primárias onde não há docentes com conhecimento da língua portuguesa.

Foram aprovados no curso 23 formadores, tendo estado a leccionar em 2001/02 apenas 11, uma vez que os restantes ficaram seleccionados no recrutamento de professores promovidos pela ETTA.

o Fornecimento de Materiais Escolares

No início do ano lectivo 2002/03 continuou-se com a distribuição de manuais, gramáticas e dicionários a todos os participantes dos cursos de formação em Língua Portuguesa.

o Cooperação FUP / UNTIL

A concretização do protocolo estabelecido entre o Membro do Gabinete para os Assuntos Sociais, o Ministério da Educação de Portugal e a FUP teve início em Setembro de 2001, com a criação dos novos cursos de Engenharia Electrónica, Engenharia Informática, Agronomia, Economia e Gestão, e Formação de Professores do Ensino Secundário na vertente de ensino do Português.

Decorre no ano lectivo 2002/2003 o funcionamento do segundo ano dos cursos atrás mencionados, tendo tido início o funcionamento de um primeiro ano das licenciaturas de Engenharia Informática, Engenharia Electrónica, Ciências Agrárias e Gestão/Economia.

Os docentes portugueses, num total de 33, ministraram o ensino em português, sendo assistidos por um monitor timorense, para o apoio em *tetum*, até que os alunos desenvolvessem maiores conhecimentos de Língua Portuguesa.

No âmbito do Centro de Língua Portuguesa foi criada a licenciatura de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas na UNTIL, da responsabilidade do Instituto Camões.

o Escola Portuguesa de Dili

A Escola Portuguesa em Dili tem como objectivo providenciar o ensino básico e secundário a filhos de empresários ou cooperantes portugueses presentes no país, e ainda a alunos timorenses, segundo os moldes portugueses com as necessárias adaptações ao sistema de ensino timorense.



A Escola, cujo projecto e a obra foi supervisionada pelo Ministério da Educação/Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, iniciou o seu funcionamento com o ensino pré-primário e primário em Novembro de 2002, com um corpo docente de seis professores (duas educadoras de infância e quatro professores do primeiro ciclo).

Frequentam a escola 156 alunos, em duas turmas (com 26 alunos cada) do pré-escolar, duas turmas do primeiro ano do ensino básico e duas turmas do segundo ano.



### **Apoio à estruturação do futuro Estado e reforço da sociedade civil**

#### o Assessorias Técnicas a diversos Ministérios

Dos 300 postos para as assessorias técnicas, identificadas pelo PNUD<sup>12</sup>, 100 são financiados pelas Nações Unidas e 200 pela via bilateral. O ICP tem vindo a contactar os diversos ministérios no sentido de recrutar os assessores que Portugal já se comprometeu a assegurar (num total de 26), e outros que se considerem relevantes. No país já se encontram 16 assessores, actuando em diversos sectores do Ministério do Planeamento e das Finanças e no Gabinete do Presidente da República.

#### o Cooperação Técnico-Militar e Apoio às FDTL

Foi assinado a 20 de Maio de 2002, em Dili, o Acordo de Cooperação Técnico-Militar que prevê, essencialmente, a formação de pessoal e assessorias técnicas.

O apoio às FDTL consubstanciou-se no processo de selecção dos primeiros 650 recrutas que integraram o primeiro Batalhão das FDTL, assim como no processo de formação e instrução básica e complementar de infantaria, no fornecimento de uniformes e na assessoria aos Batalhões formados.

Apoio à Componente Naval das FDTL: Constatou-se na oferta de dois navios patrulhas recuperados e equipados da classe *Oecussi* e respectiva formação das guarnições e pessoal em terra, incluindo a deslocação de uma equipa técnica da Marinha para a formação técnica, para além da criação de condições locais para manutenção, reparação, serviços de terra e operação. Foi concluída a instrução de 50 militares da companhia naval, por uma equipa de sete especialistas da nossa Marinha de Guerra. Portugal mantém três especialistas em apoio técnico e assessoria.

---

<sup>12</sup> PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.



o Aeroporto de Dili

O Contrato de Gestão do Aeroporto de Dili pelo Consórcio ANA/NAV/ADA terminou em Agosto de 2002 com a passagem da operação para o pessoal local. Foi contratado, em Junho desse ano, um oficial de operações aeroportuárias da ANA por um período de dois anos, pago por Timor.

Dada a preocupação manifestada pelas autoridades timorenses relativamente às condições de segurança do aeroporto, a cooperação portuguesa mostrou disponibilidade para suportar os encargos com a deslocação de um controlador aéreo para dar formação aos quatro controladores timorenses até final de 2002.

o Media

CENJOR II - Formação Profissional de Jornalistas: O Cenjor já procedeu à instalação de uma biblioteca jurídica e formação de técnicos timorenses em técnicas de documentação e arquivo no programa de gestão documental da referida biblioteca.

Cooperação RTP / TVTL: Foi estabelecido um protocolo de cooperação nesta área, entre o Governo Português e o Governo de Timor Leste o qual foi, no final do ano em apreço, objecto de significativa implementação tanto em matéria financeira como em apoio técnico.

o Arquivos Nacionais

As autoridades timorenses pretendem instalar e organizar o ANTL (Arquivo Nacional de Timor Leste), dada a importância que os arquivos representam para o desenvolvimento da cultura de um país nascente como Timor Leste. Foram realizados estágios de seis meses para dois arquivistas timorenses no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. A organização do ANTL conta com a colaboração do Prof. José Mattoso.

o Apoio a Organizações Não Governamentais

Centro Polivalente de Vermasse: Da responsabilidade da Congregação das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, este Centro tem dado apoio à infância, ao ensino primário em português e à formação profissional de jovens e mulheres. Neste sentido, foi construído um edifício onde funciona um Centro Polivalente, uma escola



onde funcionam diariamente 8 turmas dos 3 aos 5 anos, beneficiando directamente 200 crianças, e um *atelier* de costura e malhas beneficiando cerca de 50 jovens.

A Cooperação Portuguesa apoiou este projecto através da atribuição de um subsídio destinado à construção e funcionamento deste Centro.

### **Construção e reabilitação do tecido urbano (recuperação de edifícios com particular destaque para os edifícios públicos)**

Há a salientar os seguintes projectos: Colégio Dominicanas em Oecussi (em curso); Orfanato Dominicanas em Balide (em arranque de execução); Cúria de Díli (em curso); Centro Social Quelicai (em projecto); Palácio do Governador (em projecto); Reabilitação de complexo em Soibada (em projecto); Reabilitação da Antiga Messe de Sargentos de Bobonaro (em projecto); Misericórdia de Lisboa – Fundo de Solidariedade; e Campanha “Uma casa por Timor”.

#### o Reconstrução; Planeamento Urbano e Planeamento do Território

O apoio da Cooperação Portuguesa nesta área destinou-se a suportar tecnicamente as opções políticas de reconstrução e desenvolvimento para Timor Leste.

Deu corpo a este projecto o GERTIL, constituído por uma equipa multidisciplinar, formada por docentes e investigadores de várias áreas dos institutos e faculdades da Universidade Técnica de Lisboa, essencialmente suportada por verbas da cooperação.

### **Apoio ao desenvolvimento económico**

#### o Agricultura e Florestas – Missão Agrícola Portuguesa

É constituída por dois pólos de desenvolvimento agrícola e florestal. Um situa-se em Aileu, para produção de hortofrutícolas de alta qualidade, bem como de madeiras preciosas. O outro situa-se em Gleno e Ermera para melhoria das plantações de café. Em Aileu, o apoio à população realiza-se, quer pelo fornecimento de material seleccionado de qualidade, quer através da melhoria das práticas culturais, nomeadamente com a obtenção de centenas de plantas de sândalo e na criação de pequenas associações que promovem o aparecimento de pequenas empresas. Em Ermera, a preocupação vai para a melhoria quer do sistema cultural do café quer





ainda para a recuperação das estruturas da tecnologia de campo de café, por forma à obtenção de um produto final de melhor qualidade.

o Turismo

Com vista à dinamização de um programa integrado de cooperação económica, foi assinado, em Fevereiro de 2002, um Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação, no domínio da Economia, entre os Governos português e timorense.

Em Janeiro, realizou-se uma missão técnica para a preparação de um projecto de formação turística na Pousada de Baucau, actualmente a ser implementado pelo Instituto de Formação Turística (INFTUR). Estão a ser ministrados três cursos (cozinha, restaurante-bar e recepção/alojamento) com 40 formadores timorenses.

o Recursos Geológicos

Encontra-se em implementação um projecto de avaliação das potencialidades em rochas ornamentais e rochas e minerais industriais de Timor Leste.

Dando execução à primeira fase do projecto, foi realizada em Julho de 2002, por técnicos do Instituto Geológico e Mineiro, uma missão de reconhecimento geológico geral com identificação genérica a avaliar numa segunda fase.

o Formação Técnico-Profissional

*Ensino formal técnico-profissional – Escola Gustave Eiffel*

Este projecto, coordenado por professores e consultores da Escola Profissional Gustavo Eiffel, promove uma permanente articulação com o Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto de Timor Leste. Foram efectuados cursos técnico-profissionais, com equivalência ao Ensino Secundário, em novas áreas não existentes em Timor Leste, como sejam técnicos de informática, supervisores de obras e medidores orçamentistas.

As acções desenvolvidas até ao momento permitiram já a formação de 26 formadores timorenses em Língua Portuguesa, áreas científicas e pedagogia que, desde o início do novo ano escolar, asseguraram o ensino dos cursos técnico-profissionais, usando o português como língua veicular.



Aproveitando as instalações existentes e o potencial didáctico existente na escola técnico-profissional de Bécora, foram também ministrados cursos não formais para pedreiros, pintores, serralheiros, electricistas e carpinteiros.

#### *Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, em Tíbar – IEFP*

Criado no âmbito de um Protocolo de Cooperação assinado em Março de 2001, entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade da República Portuguesa e o Gabinete dos Assuntos Sociais da Administração Transitória de Timor Leste, este Centro é operacionalizado pelo IEFP. Neste centro estão a ser ministradas acções de formação, nas áreas de carpintaria, pedreiro/alvenarias, canalização e electricidade, envolvendo formadores portugueses e 48 formandos. O ICP tem suportado os custos inerentes à licença especial atribuída ao seu coordenador.

#### *Formação Profissional no Centro Juvenil Padre António Vieira*

O Centro conta com alguns espaços construídos de raiz como sejam: a biblioteca Sophia Mello Breyner, salas de formação informática, um auditório para realização de conferências, teatros, concertos, projecção de vídeos, seminários, etc., uma pousada de juventude, uma capela, uma residência e algumas salas polivalentes.

Neste centro realizam-se acções de formação de formadores e animadores, cursos e ciclos temáticos, conferências, desenvolvimento do Programa de criação de Micro Empresas. Foi ainda recentemente criado o Centro de Estudos e Reflexão sobre a Identidade Timorense, que tenta concentrar toda a informação bibliográfica sobre Timor e constituir-se num fórum de debate.

#### *Centro de Ensino à Distância / Dili.*

O CED visa promover o desenvolvimento do capital humano em Timor Leste através de acções de formação/informação dirigidas, essencialmente, aos quadros da administração pública. Estas acções poderão apresentar formatos diferentes (cursos, seminários, conferências) mas tendem sempre a reproduzir o modelo da aula clássica, ministrada à distância por recurso à vídeo conferência e complementada por diversos materiais de apoio, disponíveis na Internet, e pela possibilidade de interagir, posteriormente, *on line* ou via correio electrónico, com os formadores .



Timor Leste e Portugal já aderiram ao *Global Development Learning Network (GDLW)*, tendo sido criado um "site da lusofonia", com conteúdos em português, contando com o envolvimento da Universidade Aberta, do INA e do próprio CED, cujo suporte financeiro tem sido assegurado pela Cooperação Portuguesa.

### **Cooperação Multilateral**

A Cooperação Portuguesa tem-se desenvolvido igualmente a nível multilateral, prossequindo os compromissos assumidos nas Reuniões de Doadores de Tóquio, de Lisboa, de Bruxelas, de Camberra, de Oslo e de Dili.

Assim, a importância e volume dos contributos já assumidos por Portugal no âmbito multilateral, nomeadamente no *Trust Fund for East Timor*, catapultou Portugal para uma posição de liderança entre os doadores internacionais. Na primeira conferência em Tóquio, Portugal comprometeu-se com 50 MUSD (do orçamento da APAD) em promissórias dos quais já foram desembolsados 30 MUSD, faltando disponibilizar 10 MUSD relativos ao ano em curso e outros 10 MUSD em 2003. Na última conferência de doadores, realizada em Dili (14 e 15 de Maio), e indo de encontro à solicitação das autoridades timorenses no que diz respeito ao apoio ao déficit orçamental, para os próximos três anos, Portugal comprometeu-se a dar 9 MUSD (da responsabilidade da DGAERI do Ministério das Finanças), estando previsto o primeiro desembolso (3 MUSD) em Fevereiro de 2003.

Estamos também representados na direcção da instituição de microcrédito, que funciona no âmbito do Banco Asiático de Desenvolvimento.

### *Divisão de Bolseiros*

Em Setembro e Outubro de 2001 e Outubro de 2002, ao abrigo do Despacho Conjunto nº 901/2001, Portugal recebeu cerca de 350 bolseiros<sup>13</sup> provenientes de Timor-Leste. Estes bolseiros foram agrupados em três categorias conforme o tipo de escolaridade que iriam obter no nosso país, de acordo com a prestação de provas realizadas em Timor-Leste pelo Ministério da Educação português.

Assim, uma parte significativa integrou o ensino técnico-profissional, outra o Ensino superior e a um pequeno grupo o Ano 0. Os bolseiros do ensino técnico-profissional

---

<sup>13</sup> Em 31 de Dezembro encontravam-se em Portugal 338 bolseiros da cooperação portuguesa.



foram acompanhados pelo Ministério da Educação (GAERI) enquanto que os restantes foram coordenados pela FUP.

<b>BOLSAS DE ESTUDO - TIMOR LESTE</b>	
Mestrados/Pós-Graduações	4
Licenciaturas	56
Ensino Técnico-Profissional	19
<b>TOTAL</b>	<b>79</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Licenciaturas	5
Ensino Técnico-Profissional	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>

Ao ICP, para além da coordenação das actividades dos diferentes agentes envolvidos, coube a responsabilidade de proceder aos pagamentos inerentes à estada dos estudantes determinados no citado Despacho Conjunto: Bolsas mensais; Propinas; Subsídio de material didáctico; Subsídio de instalação e Alojamentos.

Para além de desempenhar o papel de entidade financiadora/pagadora, o ICP em estreita colaboração com a FUP, GAERI e, posteriormente, Embaixada de Timor Leste em Portugal foi responsável pela organização e pagamento de viagens de regresso a Timor-Leste de alguns bolseiros que optaram por desistir da bolsa atribuída por Portugal ou que, devido a desajustamentos (como a reprovação do ano por faltas injustificadas ou comportamento agressivo) tiveram de regressar a Timor Leste.



## **Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)**

---

### **Educação**

- Preparação dos processos de atribuição de Licença Especial ao abrigo do Decreto-Lei 10/2000 para os professores deslocados para Timor-Leste no âmbito do Projecto CRUP-Fundação Universidades Portuguesas; para a colocação de três professores destinados a formar formadores timorenses em métodos de ensino, e formar os docentes portugueses em Tetum; e para a contratação de um professor para exercer as funções de apoio ao adido de Educação.
- Com base no “Concurso para constituição de uma reserva de recrutamento de licenciados para leccionação da disciplina de Português como Língua Estrangeira na República Democrática de Timor-Leste no ano lectivo de 200/2003” foi preparado todo o processo logístico de colocação naquele país de um total de 136 professores.
- Escola Portuguesa de Díli: também em articulação com o Ministério da Educação foi preparada a deslocação de oito professores para assegurar, em termos de docência e organização, o funcionamento da Escola Portuguesa de Díli.

### **Obras públicas, habitação e transportes**

Neste domínio, realizou-se em Portugal, em Outubro, a 1ª Reunião da Comissão de Gestão e Acompanhamento do Memorando de Entendimento.

### **Administração governamental**

Desenvolveram-se os contactos para identificação de assessores, tendo-se centrado essencialmente nos Ministérios da Economia, da Educação e da Justiça. Neste quadro foi preparada a deslocação de um assessor para a área do Turismo, que inicia funções em 2003.

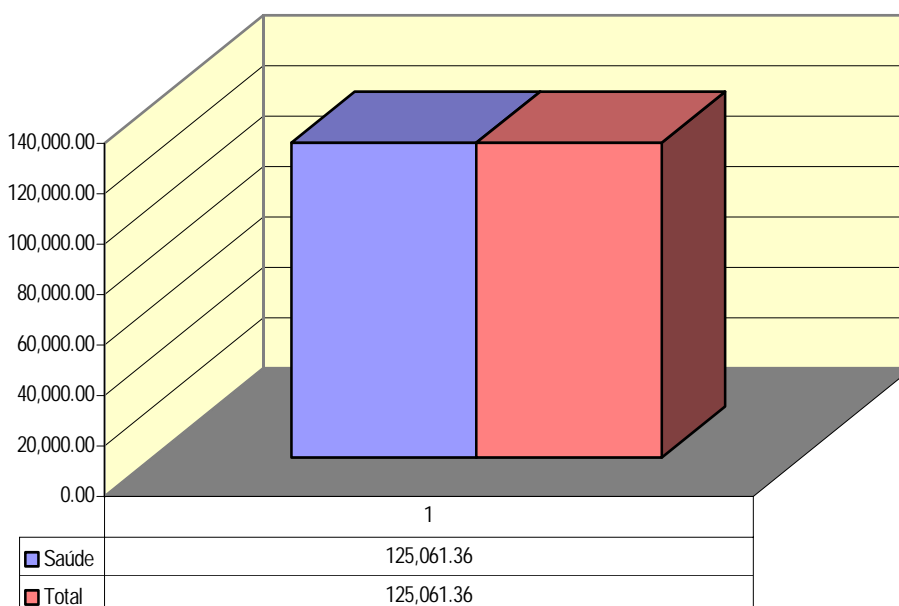


## Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)

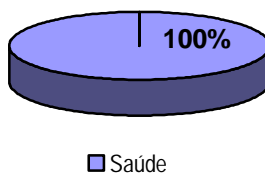
### Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

Timor Leste obteve 7% dos subsídios atribuídos, com um projecto apoiado. Este país foi incluído apenas na segunda fase, após a extinção do CATTL.

Área de intervenção - Financiamento atribuído às ONGD 2002



Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD 2002



### Ajuda Humanitária

O ICP prestou assistência na área da educação à Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor, pelo apoio concedido à campanha “Educar na Solidariedade” da Fundação Pro Dignitate com o envio de material escolar.



## VI – COOPERAÇÃO COM OS PALOP, CPLP E OUTROS PAÍSES

### Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (AB)

---

#### Divisão de Bolseiros

<b>BOLSAS DE ESTUDO</b>	
<b>BENIM / GUINÉ-EQUATORIAL / PALESTINA</b>	
Mestrados/Pós-Graduações	1
Licenciaturas	12
Língua e Cultura Portuguesa	6
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>
Tendo concluído a formação que lhes foi proposta:	
Língua e Cultura Portuguesa	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>
<b>BOLSAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - PALESTINA</b>	
Saúde	2
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>

### Direcção de Serviços Coordenação Sectorial (DCS)

---

#### PALOP e CPLP

##### **Educação**

Em colaboração com o GAERI foi elaborada uma proposta de Documento de Estratégia para o Sector da Educação.

##### **Saúde**

- o Em articulação com o Ministério da Saúde (DGS) e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (MCT) foi preparado o Documento de Estratégia de Intervenção da Cooperação para o Desenvolvimento no Sector da Saúde.
- o No quadro do acompanhamento da cooperação desenvolvida com os PALOP pela Ordem dos Farmacêuticos, nomeadamente com Moçambique - actividade que



- envolve por exemplo apoio ao processo de enquadramento legislativo do sector farmacêutico nos PALOP, apoio na organização ou melhoria dos circuitos de produção, distribuição e dispensa de medicamentos às populações dos PALOP e o desenvolvimento de acções de formação farmacêutica – foi preparado o processo de atribuição à Ordem de um subsídio, entretanto concretizado.
- o No âmbito da UE foram acompanhadas as Reuniões de Peritos em Saúde e Desenvolvimento. Estas reuniões, de carácter semestral, tem como objectivo a concertação e troca de informações/experiências entre os EM. Dos temas em agenda ao longo do ano destacam-se a Saúde Reprodutiva (Programação CE *versus Mexico City Policy*; com a Programação e Políticas da CE e dos EM<sup>14</sup> no domínio da Saúde e Pobreza: aprovação do Documento sobre Saúde e Pobreza; criação de um Grupo de Trabalho Informal sobre Indicadores em Saúde e Financiamento Justo; e com o Programa de Acção relativo às Doenças Transmissíveis e o Fundo Global Saúde/SIDA.
  - o Em estreita articulação com a Direcção-Geral de Saúde, a Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical foi dado parecer relativamente ao Programa no âmbito o HIV/SIDA e feitos comentários no sentido da sua reorientação, bem como desenvolvida colaboração no sentido de ser ultimado o texto final do Acordo CPLP sobre HIV/SIDA, aprovado em Brasília.

### **Obras Públicas**

Com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) acompanhou-se o desenvolvimento dos programas anuais de actividade com os seus homólogos dos PALOP, que se traduziram em acções de formação especializada em Portugal e nos PALOP, prestação de assistência técnica especializada e fornecimento de equipamento laboratorial e documentação técnica, destacando-se: em Angola o acompanhamento e inspecção da obra de reabilitação da estrutura do corpo da Barragem da Quiminha; em Cabo Verde a capacitação no domínio dos *Pavimentos Rodoviários*; na Guiné-Bissau o acompanhamento e inspecção da obra de construção da ponte de João Landim; em Moçambique a capacitação no domínio das *Patologias de Edifícios e Controlo de Qualidade de Tintas e Vernizes*; em São Tomé e Príncipe (LECSTP) a capacitação na área da *Geotecnia*.

---

<sup>14</sup> Comissão Europeia e dos Estados Membros.





Na sequência da colaboração com o LNEC na elaboração do Projecto de “Reforço da Capacidade dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP” para o triénio 2002-2004, foi assegurada a participação em diversas reuniões com a APAD tendo em vista o co-financiamento desta Agência.

### **Estatística**

Foi assegurada a participação do ICP na XII Reunião de Directores Gerais de Estatística de Portugal e PALOP, realizada em Lisboa, em Outubro. Esta reunião assumiu-se como um ponto de viragem na cooperação desenvolvida com os PALOP nos últimos 12 anos, de resultados muito positivos na estruturação dos Sistemas Nacionais de Estatística dos PALOP, no apoio prestado à preparação e realização de operações censitárias e à sistemática produção de estatísticas económicas e sociais e reconhecido valor. Estando em curso um Programa Estatístico da CPLP, os Directores Gerais, reunidos em Lisboa, decidiram ser oportuno propor ao Secretariado Executivo da CPLP o acolhimento deste *fórum* até agora de cariz Cinco+Um no seio da CPLP.

No decurso da reunião de Directores Gerais de Estatística e no âmbito dos programas bilaterais de cooperação, foi também assegurado pela DCS, em articulação com os Núcleos de Coordenação, a participação do ICP nas reuniões das Comissões Coordenadoras de Gestão dos acordos de cooperação estatística com Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde.

### **Protecção social e promoção do emprego**

A cooperação desenvolveu-se no âmbito dos projectos executados pelo *Ministério da Segurança Social e do Trabalho* que se centram na luta contra a pobreza, tendo-se articulado com este Ministério a preparação destas intervenções e acompanhado a sua execução.

A DCS representou o ICP na Reunião da Comissão Mista Portugal/BIT, durante a qual foi efectuado um ponto de situação relativamente aos projectos PROSOCIAL, PRODIAL e PRODIANE, tendo ainda sido definidas as futuras intervenções no quadro desta cooperação.



## **PIR-PALOP**

O Programa Indicativo Regional PIR-PALOP II foi assinado em 1997, prevendo um financiamento global de 30 Meuros a distribuir por projectos a identificar. Foi então manifestado o interesse da cooperação portuguesa em, estrategicamente, estabelecer eventuais mecanismos de co-financiamento que assegurassem a complementaridade e coerência das acções desenvolvidas por Portugal e pela Comissão Europeia.

Numa primeira fase foram aprovados os seguintes projectos: “*Projecto de Apoio aos Sistemas Judiciários*” e “*Projecto de Reforço da Capacidade da Administração Pública*”, para os quais haverá um co-financiamento de Portugal; e “*Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP*”, que deverá ter um projecto complementar português.

Neste quadro, deu-se continuidade ao trabalho de articulação entre as entidades portuguesas envolvidas, a Assistência Técnica ao PIR-PALOP II e os Serviços da Comissão, inerente à preparação do arranque dos três projectos, nomeadamente Termos de Referência e Disposições Técnicas e Administrativas .

Participou-se pela primeira vez na III Reunião entre Ordenadores Nacionais e a Comissão Europeia, realizada em Bissau em Outubro, que visou analisar a execução do Programa, identificar eventuais constrangimentos e facilitar a coordenação.

Das Recomendações e Decisões salienta-se o balanço positivo da evolução do PIR-PALOP, com o arranque dos projectos na área da Justiça e da Estatística, apesar da necessidade de maior celeridade na execução dos programas, em particular no que respeita ao desenvolvimento dos processos de identificação/instrução dos projectos. Relativamente ao Projecto Complementar Português ao Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos, foi recomendado que o mesmo possa vir a incluir o domínio das estatísticas sociais.

Tendo em conta o início das actividades previstas no Projecto de apoio aos Sistemas Judiciários, foi disponibilizado um financiamento mínimo de arranque de suporte à intervenção do INA, no âmbito do co-financiamento português.

### *Direitos do Homem, Democracia e Boa Governação / Gestão da Base de Dados de Observadores Eleitorais*

Continuou a ser feita ao longo do ano, em articulação com a Direcção Geral de Política Externa do MNE, a selecção de candidatos para missões de Supervisão/Observação



Eleitoral no âmbito da União Europeia (UE) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)<sup>15</sup>. Tiveram a participação de observadores portugueses as seguintes missões:

✚ **OSCE:** Eleições Parlamentares na Macedónia; Eleições Presidenciais na Sérvia; Eleições Gerais na Bósnia-Herzgovina; Eleições Municipais no Kosovo; Eleições Parlamentares no Montenegro; Eleições Presidenciais no Montenegro.

✚ **UE:** Eleições Presidenciais em Timor-Leste; Eleições Gerais no Equador; Eleições Legislativas e Presidenciais no Paquistão; Eleições Legislativas em Madagascar; Eleições Legislativas no Quénia.

### *Remuneração de Agentes da Cooperação*

No âmbito do processo de revisão e uniformização da remuneração dos agentes da cooperação, foi preparada uma proposta de tabela relativa às missões de curta média e longa duração a realizar no estrangeiro, a qual foi aprovada por SExa. SENEK.

### *Direcção de Serviços de Assuntos Humanitários (AH)*

---

#### *Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento*

##### ✚ **Distribuição de Financiamentos por País:**

O ICP elaborou, em colaboração com a Plataforma Portuguesa das ONGD, um conjunto de regras e critérios de elegibilidade para apresentação a financiamento de projectos de ONGD. Foram abertos dois períodos de candidatura, que terminaram, respectivamente, a 31 de Janeiro e 31 de Junho. Foram apresentados a financiamento, 86 projectos, num total de 8,5 Meuros. Para 2002, foram considerados prioritários os domínios de concentração da Cooperação Portuguesa, a saber: redução da pobreza, educação/formação, reforço institucional e apoio às actividades económicas, sendo dada prioridade a projectos a desenvolver nos PALOP.

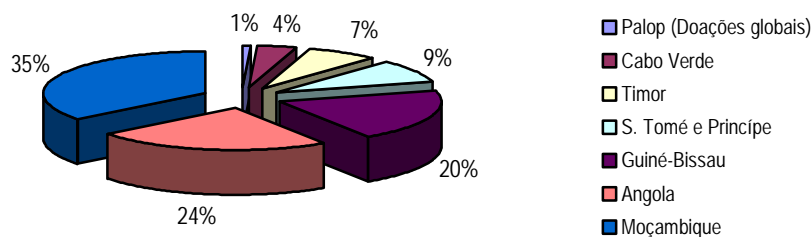
---

<sup>15</sup> Os Observadores Eleitorais podem, em ambos os casos, ser seleccionados para postos de longa-duração (LTO, cuja duração média é de dois meses) ou de curta-duração (STO, cuja duração média é de uma semana).



Os resultados deste concurso traduziram-se no apoio financeiro a 41 projectos, apresentados por 14 ONGD, no montante de 1,7 Meuros, executando a quase totalidade do orçamento. Foi feita uma apresentação pública às ONGD dos resultados da primeira fase.

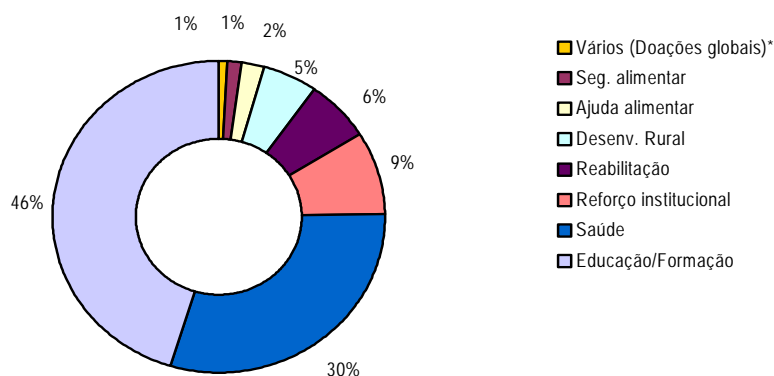
Países - % do Financiamento atribuído às ONGD 2002



#### **Distribuição de Financiamentos por Área de Intervenção:**

A maior percentagem foi para a Educação/Formação (15 projectos), representando 46% do total dos financiamentos atribuídos. A Saúde (10 projectos) constitui a segunda maior área de financiamento com 30% dos apoios concedidos.

Área de intervenção - % do Financiamento atribuído às ONGD 2002



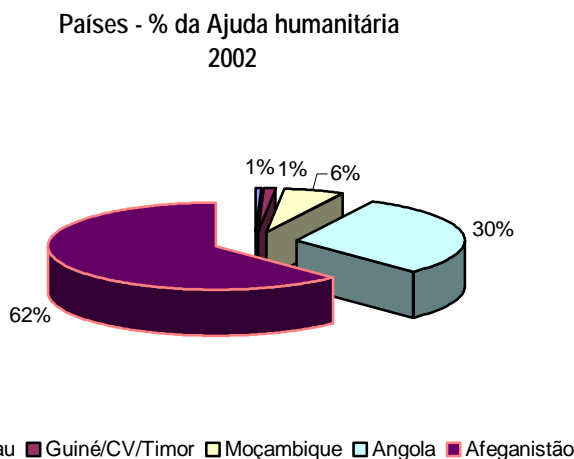
\*projecto a desenvolver, em simultâneo, em vários países PALOP (Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde) e que abarca diversas áreas do desenvolvimento (Luta contra a pobreza, Micro-crédito e Desenvolvimento Agro-alimentar).

#### **Ajuda Humanitária**

As respostas às crises humanitárias ocorridas em 2002 tiveram por base decisões políticas, considerando as prioridades nacionais e o contexto internacional.



A verba orçamentada na APAD (1,7 Meuros) foi executada na sua quase totalidade e distribuída da seguinte forma:



Afeganistão: Dada a catástrofe humanitária ocorrida na sequência do conflito militar, foi decidido pelo Governo Português prestar apoio às populações refugiadas deste país. Neste sentido, foram financiados três projectos de ONGD, no valor de 832 mil Euros.

Na Conferência de doadores realizada em Tóquio foi igualmente anunciada uma contribuição multilateral do Governo Português para o *Trust Fund* gerido pelo Banco Mundial, tendo sido pago no ano de 2002 o montante de 200 mil Euros, correspondente a 62% da verba despendida em ajuda humanitária de emergência.

### Outras Actividades

✚ União Europeia: O ICP participou no Comité de Co-financiamento das ONGD, assegurando a defesa das preocupações e das necessidades das ONGD portuguesas, por forma a facilitar não só o seu acesso a fundos europeus, mas também reforçar a ligação às Instituições europeias. Participou ainda no Comité de Ajuda Humanitária do ECHO, onde são definidas as prioridades da intervenção humanitária da U.E.

✚ Atribuição do Estatuto de ONGD: Compete a esta Direcção de Serviços, após análise da documentação e parecer não vinculativo da Plataforma, de acordo com a Lei n.º 66/98, de 14 de Outubro, atribuir o estatuto de ONGD às entidades que o solicitem. Assim, em 2002, encontravam-se registadas como ONGD 107 organizações. Estão incluídas neste número 12 novos registos e 30 renovações



(válidas por 2 anos). No final do ano de 2002, 20 ONGD não pediram a renovação, pelo que actualmente o número de Organizações registadas neste Serviço é de 87.

Neste âmbito, foi ainda realizado um Estudo de Direito Comparado nos Ordenamentos Jurídicos de Espanha, França, Reino Unido e EUA, com o objectivo de analisar o regime jurídico do registo das ONGD em Portugal e proceder a uma análise comparativa do regime jurídico do registo das ONG em Espanha, França, Reino Unido e EUA.

✚ Plataforma Portuguesa das ONGD: No sentido de reforçar a parceria com o sector não governamental e aprofundar o diálogo com a Sociedade Civil, o ICP tem realizado, com a Plataforma Portuguesa das ONGD, duas reuniões anuais, para o debate de questões que visem a colaboração institucional na definição de políticas e estratégias e na sua execução, concertando posições no domínio da cooperação para o desenvolvimento.

✚ Educação para o Desenvolvimento: Reconhecendo a extrema importância que o papel da Educação para o Desenvolvimento assume na adopção de uma estratégia que permita produzir os efeitos desejados na sensibilização da população portuguesa para as questões do Desenvolvimento, o ICP assinou um contrato com a ONGD CIDAC – Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral para a realização de um estudo neste domínio.

No âmbito de um Protocolo assinado em 2000, com a ONGD Instituto Marquês de Valle-Flôr (IMVF) foi subsidiado o projecto “Odisseia 2000”, a desenvolver nesta área junto das escolas, e cuja última prestação foi desembolsada este ano.



## VII – COOPERAÇÃO MULTILATERAL

### **Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais (ACM)**

---

#### **Divisão de Assuntos Comunitários (AC)**

#### **Política de Desenvolvimento da União Europeia**

Durante o ano 2002, a Comunidade e os Estados Membros (EM), nas várias instâncias de discussão, intensificaram o esforço para levar à prática o grande objectivo da política de cooperação para o desenvolvimento da UE – luta contra a pobreza com vista à sua erradicação – consignado na Declaração Conjunta do Conselho e da Comissão, aprovada no final de 2000. Com o mesmo objectivo, e para tornar a ajuda mais eficaz, a Comissão continuou a aprofundar o seu processo de reforma da gestão da ajuda externa, iniciado em 2000.

O Serviço de Cooperação *EuropAid*, criado em Janeiro de 2001, consolidou a sua acção de realização dos objectivos definidos pelas Programações elaboradas pela Direcção-Geral das Relações Externas e pela Direcção-Geral do Desenvolvimento. Ainda no que respeita ao aprofundamento da Reforma da Comissão foi continuado o processo de desconcentração (delegação de competências da sede para as delegações da Comissão no terreno), que deverá estar concluído no final de 2003, e de descentralização (delegação de competências a favor dos países terceiros).

O Conselho reafirmou o papel essencial que a UE deve desempenhar na consecução das metas internacionais em matéria de desenvolvimento e a necessidade de focalização nos resultados obtidos, através dos quais se pode constatar o impacto na redução da pobreza. Foi considerado igualmente essencial o aprofundamento da colaboração e da coordenação no seio da UE e com outros doadores, com base em parcerias e planos nacionais como os Documentos de Estratégia por País, os Documentos de Estratégia para Redução da Pobreza e os Programas Sectoriais.

Ao nível do Conselho, 2002 foi marcado pelo desaparecimento da formação Desenvolvimento. Por decisão do Conselho Europeu de Sevilha foi criado o Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE), encarregue das políticas chave das relações externas da União, na sua globalidade – Negócios Estrangeiros, Política de Defesa, Comércio Externo, Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária.



o Conselho de Desenvolvimento e Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas

O Conselho debateu e aprovou várias Conclusões e Resoluções, destacando-se:

- Democracia e Boa Governação (conclusões): necessidade de aprofundar o trabalho sobre este tema prioritário, tendo concordado com a proposta da Comissão de criação de um Grupo de Trabalho com os EM tendo em vista definir uma abordagem da UE coerente e comum contribuindo para o estabelecimento de um quadro político baseado nas relações entre democracia, boa governação e desenvolvimento com países parceiros e organizações não estatais.
- Países em Conflito (conclusões): adopção de uma perspectiva mais proactiva de prevenção, gestão e resolução de conflitos, mediante o recurso a todos os instrumentos disponíveis, numa abordagem integrada, orientada para as causas profundas dos conflitos. Neste processo, foi reiterada a importância do Acordo de Cotonou e da reforma da ajuda externa da Comunidade, nomeadamente, da desconcentração, que permitirão uma maior proximidade das realidades dos países e um reforço da capacidade de diálogo baseada no princípio da apropriação.
- Comércio e Desenvolvimento (conclusões): importância do comércio para a redução da pobreza, na integração do comércio nas estratégias do desenvolvimento e do desenvolvimento nas políticas comerciais, na necessidade do reforço da assistência em matéria comercial e no reforço da coordenação, complementaridade e coerência.
- Saúde e Pobreza e Educação e Pobreza (resoluções): realçada a importância destes sectores para a redução da pobreza nos PED<sup>16</sup>, definidas estratégias, aprovado o princípio da apropriação das políticas pelos próprios países e decidido aumentar o volume e melhorar a concessão de ajudas aos sectores.
- Gestão das Águas (resoluções): definido o abastecimento em água e o saneamento como serviços sociais de base nos PED. O Conselho acentuou a ideia de que a água, como recurso económico e ambiental fundamental, tem um papel muito importante na redução da pobreza, no desenvolvimento sustentável e na persecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
- Aprovação da Declaração sobre a Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, Junho/2002), considerado um acontecimento central no ciclo de Conferências Internacionais, de Monterrey a Joanesburgo, realizadas neste ano. O Conselho

---

<sup>16</sup> Países em Desenvolvimento.





associou as causas da fome e da pobreza com as situações de conflito e de falta de segurança e estabilidade política.

- Foi igualmente discutida, ao longo do ano, a crise alimentar na África Austral e analisada a forma da UE dar resposta, em colaboração com as NU, aos dramas humanos que esta situação provoca e às suas consequências negativas para um desenvolvimento sustentável. Foram aprovadas Conclusões sobre a urgência em aumentar a ajuda alimentar a toda a região.
- Desligamento da Ajuda começou a ser abordado em 2002, após a apresentação de uma Comunicação da Comissão.
- Outras Reuniões

O ICP acompanhou os trabalhos, e em alguns casos participou nas diversas reuniões de peritos organizadas pela Comissão, sobre diferentes temas e sectores relacionados com a ajuda ao desenvolvimento.

Realizaram-se quatro reuniões informais dos Directores-Gerais do Desenvolvimento que constituíram uma troca útil de pontos de vista sobre questões como: Reforma da Comissão; Calendário para atingir os 0,7% do RNB<sup>17</sup> para a APD; Preparação das Cimeiras de Monterrey e Joanesburgo; Coordenação, Complementaridade e Coerência; Coordenação das políticas e Harmonização dos procedimentos; Desligamento da ajuda; Documentos de Estratégia por País; Exame do CAD à UE; Implicações do alargamento na política de cooperação para o desenvolvimento.

Por mandato da segunda Cimeira UE-ALC<sup>18</sup> (Madrid, Maio/2002), realizou-se na Costa Rica uma Reunião de Directores Gerais da Cooperação dos Países UE-ALC, em que o ICP participou. Nesta reunião foi debatido e aprofundado um novo conceito de cooperação bi-regional, que deverá traduzir-se em projectos e acções específicas, antes ainda da próxima Cimeira, que terá lugar em 2004, no México.

## **Relações UE-África**

Continuou o processo de seguimento da Cimeira Europa-África do Cairo de Abril de 2000, nomeadamente na perspectiva da Segunda Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que deverá ter lugar em Lisboa, em 4 e 5 de Abril de 2003.

---

<sup>17</sup> RNB - Rendimento Nacional Bruto - indicador da percentagem da APD em relação ao RNB, adoptado em 2000, em substituição do indicador PNB (Produto Nacional Bruto).

<sup>18</sup> Fórum de diálogo e cooperação que reúne a Europa, a América Latina e as Caraíbas.



Realizaram-se duas reuniões do Grupo Bi-Regional a nível de Altos Funcionários (Rabat, 24 e 25 de Setembro e Ouagadougou, 25 a 27 de Novembro), no âmbito das quais foi, sobretudo, procurada uma maior convergência de posições acerca das oito áreas do Plano de Acção do Cairo identificadas como prioritárias, designadamente: Prevenção e Gestão de Conflitos, incluindo as Minas Terrestres; Cooperação e Integração Regional; Ambiente, incluindo o combate à Seca e Desertificação; Combate ao HIV/SIDA e outras Doenças; Segurança Alimentar; Direitos Humanos, Democracia e Boa Governação; Dívida Externa dos Países Africanos; Restituição dos Bens Culturais Roubados ou Exportados de forma Ilícita.

Foram igualmente convocadas duas reuniões *ad hoc* de peritos, com vista à elaboração de um projecto de Plano de Acção para o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, em particular Mulheres e Crianças (Estocolmo, 1-3 de Setembro) e do projecto de Relatório Conjunto acerca da Restituição de Bens Culturais Roubados ou Exportados de Forma Ilícita, previsto no parágrafo 125 do Plano de Acção do Cairo (Addis Abeba, 13-14 de Novembro).

Na Segunda Conferência Ministerial Europa-África, realizada em Ouagadougou, em 28 de Novembro foi ainda iniciada uma reflexão conjunta acerca do futuro das relações Europa-África, atendendo, por um lado, aos novos desenvolvimentos entretanto ocorridos ao nível Pan-Africano (lançamento da UA e da NEPAD<sup>19</sup>) e, por outro lado, à necessidade de uma eficácia acrescida do processo lançado pela Cimeira do Cairo. Essa reflexão deverá culminar na aprovação, pela Cimeira de Lisboa, de um documento conjunto acerca da Agenda Pós-Lisboa.

Portugal tem vindo a liderar a discussão do tema *Prevenção e Gestão de Conflitos, incluindo as Minas Terrestres*, em colaboração com a Comissão Europeia, França e Bélgica, tratando-se de um dos temas relativamente aos quais tem vindo a existir uma maior convergência de posições entre o lado europeu e africano e que se prevê que venha a ocupar um lugar de destaque no âmbito da Segunda Cimeira.



### **Relações UE-ACP<sup>20</sup>**

Continuou o processo de ratificação, nos vários EM e nos países ACP, do Acordo de Parceria ACP-CE, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000, necessária para a

---

<sup>19</sup> New Partnership for Africa Development.

<sup>20</sup> África, Caraíbas e Pacífico.



aplicação da totalidade das suas disposições, incluindo do Protocolo Financeiro<sup>21</sup>. Não obstante os apelos repetidamente lançados pela Comissão, verificam-se atrasos nos processos de ratificação interna nos Países Baixos e na Bélgica, o que não permitiu a entrada em vigor do Acordo de Cotonou ainda em 2002. O processo de ratificação Português do Acordo de Cotonou, assim como dos Acordos Internos relativos ao financiamento e à gestão da ajuda concedida pela Comunidade no âmbito do Protocolo Financeiro e aos procedimentos a seguir para a execução do Acordo de Parceria ACP-CE foi finalizado em 5 de Abril de 2002.

O ano de 2002 foi ainda marcado pela apresentação do pedido formal de adesão de Timor Leste ao Acordo de Cotonou, assim como pela abertura formal das negociações dos Acordos de Parceria Económica entre a UE e os países e regiões ACP.

No âmbito do diálogo regular UE-ACP, foi, em 2002, realizada uma sessão da Assembleia Parlamentar Paritária, em Cape Town, entre os dias 18-21 de Março, no quadro da qual foram aprovadas várias resoluções relativamente a:

- situação em determinados países ou regiões (África Ocidental, Central, Oriental e Austral, Madagáscar, Zimbabwe, Caraíbas, Cuba, região do Pacífico);
- assuntos comerciais (Acordos de Parceria Económica ACP-UE, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, banana, arroz, açúcar e outros produto);
- cooperação para o desenvolvimento entre a UE e os países ACP (desenvolvimento sustentável e Cimeira Rio + 10, género, doenças transmissíveis)
- outros assuntos (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano).

Teve ainda lugar, em Punta Cana, em 28 de Junho, a 27<sup>a</sup> Sessão do Conselho de Ministros ACP-CE, que contou com a participação de Timor Leste, enquanto observador.

Para além dos aspectos relativos à implementação do Acordo de Cotonou, nos seus vários domínios, foram, nesse quadro, apreciadas as questões relativas à preparação da Cimeira Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo) e às Perspectivas Institucionais da Política Europeia de Cooperação para o Desenvolvimento.

- Vertente comercial: foram ultimadas as questões relativas à abertura formal das negociações dos Acordos de Parceria Económica (APE) previstos pelo Acordo de Cotonou e analisadas algumas preocupações manifestadas pelo lado ACP relativamente ao regime aplicável à comercialização de açúcar, banana e arroz.

---

<sup>21</sup> A aplicação provisória antecipada do mesmo apenas cobre algumas matérias (v.g. do domínio económico e comercial).



- Vertente política: foram apreciadas as questões relativas à operacionalização do diálogo político estabelecido pelo artigo 8.º do Acordo de Cotonou<sup>22</sup>, assim como à participação dos Actores Não Estatais na Implementação do Acordo de Parceria ACP-CE, não tendo, contudo, sido possível chegar a um acordo com os países ACP quanto à aprovação de um conjunto de directrizes.
- Cooperação financeira: efectuou-se um balanço de 2001, assim como da preparação da programação nacional e regional no âmbito do 9.º FED.

Na sessão extraordinária do Conselho de Ministros ACP-CE de 27 de Setembro de 2002 (Bruxelas), foram formalmente lançadas as negociações ACP-UE, com vista à celebração, até 2008, de Acordos de Parceria Económica UE/ACP, conforme estabelecido pelo Acordo de Cotonou. Esses acordos visam uma supressão progressiva das barreiras comerciais entre as partes e o reforço da cooperação nos domínios determinantes para o comércio, no sentido de adaptar a parceria à nova realidade internacional e promover a integração desses países na economia mundial.

#### **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**

Em 2002 realizou-se em Maputo (7 e 8 de Novembro) a V Conferência Ministerial UE-SADC. A Conferência focalizou-se em dois temas principais: “Democracia, Paz e Segurança” e “Cooperação para a Erradicação da Pobreza”.

Democracia, Paz e Segurança: realça-se o apoio dado ao cessar fogo acordado em Angola e na República Democrática do Congo e à necessidade da Comunidade Internacional dar apoio humanitário e contribuir para a reconstrução e reconciliação nestes dois países. Foi ainda expressa a preocupação com a fome e crise humanitária na África Austral, com a pandemia do HIV/SIDA, com o crime transnacional, com tráfico de drogas ilícitas e de armas de pequeno calibre e com o terrorismo.

Erradicação da pobreza: foi realçada a importância da decisão da UE de aumentar a APD/RNB, de 0,33% para 0,39% até 2006, como forma de atingir, a prazo, o objectivo

---

<sup>22</sup> O reforço da dimensão política é um dos aspectos inovadores do novo Acordo de Parceria ACP-CE, sendo, no artigo 8.º, estabelecido um compromisso de um diálogo político regular relativamente aos objectivos do Acordo, assim como a qualquer tema de interesse mútuo, que deverá ser processado tanto ao nível nacional como sub-regional, regional e global (ACP). No Acordo não se encontra, contudo, especificada a forma como esse diálogo poderá ser operacionalizado, pelo que havia sido, ainda em 2001, iniciada uma reflexão conjunta (ACP-UE) relativamente às modalidades para a sua implementação.



dos 0,7%, bem como o compromisso de aumentar a APD para África. Foram também mencionadas as questões da dívida, do acesso aos mercados e dos constrangimentos da oferta, como obstáculos à redução da pobreza.

## **Comités de Financiamento para o Desenvolvimento**

### o Comité do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

O Comité FED realizou oito reuniões, tendo, no âmbito das suas atribuições, para além de dar parecer às propostas de financiamento de projectos e programas apresentados pela Comissão no quadro dos PIN (Programas Indicativos Nacionais) e dos PIR (Programas Indicativos Regionais) continuado a discutir os Documentos de Estratégia 2002/2007 (nacionais e regionais) e os respectivos Programas Indicativos para o 9º FED, no quadro do Acordo de Cotonou.

Salientam-se as propostas de financiamento aprovadas referentes aos PALOP:

- Angola: “Programa de transição de apoio às populações deslocadas” (16,30 Meuros), “Programa de emergência de apoio ao processo de paz” (30 Meuros);
- Guiné-Bissau: “Programa de apoio à reintegração de ex-combatentes em zonas rurais”(3,000 Meuros), “Programa de manutenção rodoviária” (35 Meuros);
- Moçambique: “Apoio macroeconómico” (168 Meuros).

O Comité prosseguiu ainda o exercício de análise dos Documentos de Estratégia e PIN que iniciou em 2001. Ao longo de 2002 foram aprovados 46 Documentos de Estratégia Nacionais e seis Regionais (África Central, África Ocidental, África Oriental, do Sul e Indico; SADC, Pacífico e Caraíbas). De entre as Estratégias Nacionais aprovadas salientam-se as referentes a Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe:

- Angola: a Estratégia de Cooperação da UE para Angola (2002-2007), adoptada já depois do cessar-fogo e da estabilização da situação político-militar, visa intensificar os esforços com vista a uma estabilização gradual da situação política e económica do país. A estratégia engloba os aspectos ligados à ajuda de emergência, à reabilitação e ao desenvolvimento. Assim, a CE atribuirá prioridade, no curto e médio prazo, ao financiamento do apoio ao processo de paz e reconciliação nacional, incluindo a criação de condições para a realização de eleições. No médio e longo prazo, a Comissão aumentará gradualmente a especificidade da incidência do seu apoio, concentrando a ajuda em especial nos sectores sociais e na segurança alimentar. Ao mesmo tempo procurará apoiar a viabilidade da reconciliação nacional e os planos de recuperação económica, e também melhorar as condições de crescimento económico



com vista à redução da pobreza. A CE projecta também contribuir para o reforço de áreas específicas de boa governação, designadamente o sector judicial, a reforma da administração e as finanças públicas.

A implementação desta estratégia, que deverá ser articulada e complementada pela comunidade doadora, e nomeadamente pelas cooperações bilaterais dos EM, assenta num PIN dotado de um envelope financeiro de 146 Meuros.

- Cabo Verde: o Documento de Estratégia de Cooperação UE-Cabo Verde, para o período de 2002-2007, comporta um PIN dotado de um envelope financeiro total de 39,10 Meuros.

Esta estratégia deverá concentrar-se na área de abastecimento de água potável e de condições sanitárias, bem como da melhoria do seu ambiente, nomeadamente através de medidas de saneamento, para o qual deverão ser reservados 25 Meuros. Fora deste domínio de concentração, estão previstas acções tendo em vista o reforço do Estado de Direito (a nível da governação e da reforma da administração), do incentivo à participação da sociedade civil e das autarquias, para além de acções de carácter horizontal (género, ambiente, etc.).

- São Tomé e Príncipe: a Estratégia de Cooperação foi elaborada em concertação com o Governo, a sociedade civil e os doadores, integra-se no “Plano de Desenvolvimento do País no horizonte 2005” e visa prioritariamente a luta contra a pobreza através de acções vitais, tendo em vista um desenvolvimento económico e social harmonioso. Nesse contexto, a intervenção da UE terá como área de concentração o sector rodoviário, com especial incidência na manutenção e na reabilitação de estradas rurais, que poderá atingir cerca de 6,80 Meuros, reforçado por um programa de 1,50 Meuros para assistência técnica ao Serviço Nacional de Estradas, formação profissional e estudos em matéria de transportes (reabilitação do aeroporto). Está ainda previsto o apoio ao desenvolvimento de PME de construção do sub-sector da manutenção rodoviária. A dotação financeira para concretizar a cooperação da UE no período 2002-2007 será de 12,90 Meuros.

o Comité de Cooperação para o Desenvolvimento da África do Sul

O Comité aprovou propostas de financiamento num montante de cerca de 115 Meuros e discutiu o Documento de Estratégia África do Sul-CE para o período 2003-2005 e o respectivo Programa Indicativo Multianual, o qual incidirá especialmente no apoio a acções de carácter social (acesso aos cuidados de saúde - com enfoque na luta contra



a SIDA, água e saneamento) e desenvolvimento dos recursos humanos, desenvolvimento económico e cooperação regional.

o Comité de Ajuda aos Países em Vias de Desenvolvimento da América Latina e da Ásia (PVD/ALA)

Destaca-se a aprovação do 1º e 2º “Programa de Reconstrução do Afeganistão”, nos montantes, respectivamente de 57,5 Meuros e 70 Meuros, do “Programa de Reintegração dos Retornados e Apoio à Comunidades do Afeganistão”, de 22 Meuros, de dois projectos para Timor Leste, “Apoio a Postos de Desenvolvimento para o Governo de Timor Leste” e “Reabilitação e Desenvolvimento do Sector da Saúde”, no valor de 19 Meuros, e de um projecto de “Criação de Corredores Ecológicos” para o Brasil, no valor de 7 Meuros.

Salienta-se a aprovação do Documento Estratégico de Timor Leste para o período 2002-2006 e respectivo PIN, após difícil e intensa negociação desenvolvida por Portugal, aos mais diversos níveis, com vista a impedir uma redução drástica do montante destinado a este país (a primeira proposta da Comissão passava por uma redução até 75% da ajuda comunitária a Timor Leste). Portugal considerou inaceitável esta posição, tendo solicitado um aumento considerável das verbas orçamentais. A Comissão apresentou uma contraproposta de mais 5 Meuros, num total de 27 Meuros para o período coberto pelo CSP, a qual acabou por ser aprovada com o voto contra de Portugal, que emitiu uma declaração de voto. Após grande debate, o Parlamento Europeu acabou por aprovar a manutenção da linha orçamental específica B – 304, “Reconstrução e reabilitação de Timor Leste”, passando o total do orçamento de 2003 para 25,5 Meuros.

o Comité de Segurança e Ajuda Alimentar (CSAA)

Na programação de 2002 foram previstos cerca de 460 M€. O Comité aprovou várias propostas de financiamento tendo atribuído aproximadamente 210 Meuros para a ajuda indirecta (ONG, EuropAid, UNRWA, CGIAR, PAM, CICV). A restante verba destinou-se à ajuda directa, para Moçambique, Etiópia, Coreia do Norte, Arménia, Quirguistão, Moldávia, Haiti, Palestina e Niger. Moçambique beneficiou de 14,8 Meuros relativos ao último ano do programa plurianual de segurança alimentar, aprovado em 2000.



o Comité dos Direitos do Homem

Salienta-se a aprovação para Timor Leste de uma Missão de Observação Eleitoral da UE para as eleições presidenciais, no montante de 510 mil Euros.

*Divisão de Assuntos Multilaterais (AM)*

 **NAÇÕES UNIDAS**

o Conferências das Nações Unidas

Conferência Internacional Sobre o Financiamento do Desenvolvimento -  
Monterrey

Realizada em Monterrey em Março de 2002, a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, na qual o ICP também participou, deu origem a um importante documento intitulado “*Monterrey Consensus*”.

O processo de Monterrey significou, acima de tudo, o empenhamento da comunidade doadora e dos países beneficiários da ajuda, na procura de fontes de financiamento inovadoras e alternativas, na criação de um novo espírito de *parceria* e de um novo conceito de cooperação para o desenvolvimento.

O anúncio, por parte da UE (no sentido de atingirem uma média comunitária de 0,39% do RNB para a APD e de 0,33% para cada Estado membro, até o ano 2006), assim como de outros países, como os EUA<sup>23</sup>, significaram a manifestação de uma nova vontade política dos países doadores relativamente aos objectivos do Milénio, em particular no âmbito da erradicação da pobreza. Especialmente os países da UE, cujo compromisso representará um aumento extra anual de 7 mil milhões de dólares até 2006, muito contribuíram para o sucesso desta Conferência e dos seus objectivos.

Foram também reforçadas as obrigações dos países em desenvolvimento em termos de boa governação e luta contra a corrupção, assim como a ideia de que a principal responsabilidade pelo desenvolvimento dos países reside neles próprios.

---

<sup>23</sup> Os EUA anunciaram um aumento em 50% do total da sua ajuda ao desenvolvimento ao longo dos três primeiros anos, o que significará um aumento anual de 5 mil milhões de dólares a serem canalizados para um fundo especial.





### Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

Realizou-se, em Joanesburgo, durante a última semana de Agosto e a primeira de Setembro, a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável que, além de contar com a presença dos delegados governamentais com assento nas Nações Unidas, teve uma forte componente não-governamental.

O ICP participou activamente na Cimeira como e em todo o trabalho preparatório realizado durante 2002, tanto ao nível comunitário como nos comités preparatórios realizados ao nível da ONU.

O Plano de Implementação acordado em Joanesburgo prevê que, ao nível do financiamento, não se pode ir para além de Doha e Monterrey. As metas e calendários foram estabelecidos de forma universal e não diferenciada; as responsabilidades comuns mas diferenciadas ficaram confinadas à vertente ambiental como já tinha sido assinalado na Conferência do Rio; foi reiterada a importância de uma arquitectura internacional ao nível da Governação; foi realçada a importância da constituição de parcerias efectivas (que em paralelo façam a ligação entre fundos privados e públicos) e foi lançado o Fundo Mundial de Solidariedade, baseado em contribuições de carácter voluntário.

Ainda no que toca ao Plano de Implementação realça-se o capítulo da Erradicação da Pobreza e a importância que assume, dentro do Desenvolvimento Sustentável, o capítulo consagrado a África e relevância que a NEPAD vai assumindo nesse contexto e obviamente os parágrafos relacionados com o financiamento do desenvolvimento.

#### o **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

O PNUD tem vindo a manifestar vontade de revitalizar e incentivar as relações com Portugal. Para dar seguimento a esta pretensão, deslocou-se a Lisboa, em Fevereiro, uma técnica do Departamento de Mobilização de Recursos do PNUD.

Dos temas abordados destacam-se o eventual aumento das contribuições portuguesas para as *core resources* do PNUD, as opções para a revitalização do *Trust Fund* português e o diálogo do PNUD com outros sectores da sociedade portuguesa (sector privado e empresarial, ONGD e parlamentares).

O *Trust Fund* criado junto do PNUD consiste em co-financiar actividades e programas do PNUD que promovam o desenvolvimento dos PALOP. Em 2002, foram financiados através deste *Trust Fund* os seguintes projectos, em Moçambique: Apoio ao Sector da Justiça (125 mil USD); Desenvolvimento dos Media - Fase II (100 mil USD) e Apoio ao



Parlamento Moçambicano (120 mil USD). Foi igualmente financiada a habitual edição do Relatório de Desenvolvimento Humano em português (35 mil USD).

Ao longo do ano foi efectuado o reforço do *Trust Fund*, o que já não acontecia há vários anos. A totalidade das referidas reposições soma 658 mil USD.

Programa de *Junior Professional Officers*: O PNUD avaliou de forma muito positiva as funções desempenhadas pelos dois JPO colocados em Maputo e Luanda, tendo solicitado a renovação dos respectivos contratos por mais um ano.

Em 2002 foram pagos 249 mil USD relativos a compromissos com estes JPO, o que representa 50% do total dos salários e outros encargos referentes ao 1º e 2º ano dos respectivos contratos. Foram ainda pagos 54 mil USD relativamente a compromissos em atraso no âmbito deste Programa.

Contribuição voluntária para o PNUD: Foram pagas as contribuições voluntárias para o PNUD devidas pelo ICP, relativas a 2000 e 2002, no montante total de 800 mil USD. Recorde-se que a contribuição voluntária anual de Portugal para o PNUD é de 1,6 MUSD, cabendo 1,2 MUSD aos SAF<sup>24</sup> e 400 mil USD ao ICP. Também os SAF liquidaram em 2002 os montantes em atraso. Com a regularização das dívidas e com o retorno às reposições regulares do nosso *Trust Fund* espera-se, a partir de 2003, uma revitalização das relações entre Portugal e o PNUD.

PNUD/FNUAP<sup>25</sup>: O ICP participou na I Sessão Regular de 2002 do Conselho de Administração (CA) do PNUD/FNUAP, em Nova Iorque, e apenas no segmento PNUD. Nesta sessão do CA foi adoptado o plano anual de trabalhos para 2002 e elogiados os desenvolvimentos em 2001 relativamente à reforma institucional do PNUD (*Business Plan 2000 –2003*). Foram ainda adoptados os II Quadros de Cooperação Regional para África, América Latina e Caraíbas e Estados Árabes, bem como, os II Quadros de Cooperação para Angola, Eritreia, Gabão, Gana, Guiné, Namíbia, Ruanda, S.Tomé e Príncipe, África do Sul, Laos, Coreia, Filipinas, Kuwait, Marrocos, Síria, Tunísia, Emiratos Árabes Unidos, Yemen, Albânia, Bulgária, Ucrânia, Paraguai, Guiana, Haiti, Jamaica e o I Quadro de Cooperação para Jugoslávia.

O FNUAP, assumiu, de igual modo, a estratégia de revitalização das relações com Portugal. Neste sentido, deslocou-se a Lisboa uma Delegação do FNUAP em Outubro, tendo sido recebida por diversas entidades.

---

<sup>24</sup> SAF - Serviços de Administração Financeira da Secretaria Geral do MNE.

<sup>25</sup> FNUAP - Fundo das Nações Unidas de Apoio à População (UNFPA)



Esta visita visava, por um lado, aprofundar o relacionamento com o Governo, o Parlamento e organizações da sociedade civil, e, por outro, dar a conhecer os programas e actividades do FNUAP - uma das maiores agências internacionais a ajudar os países em desenvolvimento na solução dos seus problemas populacionais: saúde, promoção social das mulheres e desenvolvimento social.

No encontro com o Chefe de Gabinete do SENEK, foram abordados o aumento da contribuição voluntária de Portugal para o FNUAP e a colaboração entre a FNUAP e as autoridades portuguesas. A Delegação do FNUAP foi igualmente recebida na Assembleia da República por deputados da Comissão dos Assuntos Europeus e Política Externa e da Comissão dos Assuntos do Trabalho e Assuntos Sociais.

Foram liquidadas as contribuições voluntárias em atraso para o FNUAP (2000 e 2001), assim como a contribuição de 2002.

o **UNESCO e UNICEF**

UNESCO - Trust Fund: Procedeu-se à reposição do montante gasto em 2000 (154 mil USD). Não se financiaram projectos por esta via.

UNICEF- contribuições voluntárias: reposição de 60 mil USD relativos a 1999 e 2000.

o **BANCO MUNDIAL**

Reuniões

Após vários anos de ausência, o ICP, juntamente com o Ministério das Finanças, voltou a participar no Strategic Partnership with Africa (SPA), na reunião em Paris, em Janeiro de 2002. Nesta reunião, procedeu-se à avaliação dos esforços promovidos e monitorizados pelo SPA de melhoria da eficácia da APD. Foram revistos os desembolsos realizados até à data e confirmadas as contribuições previstas (*pledges*) até ao final do corrente ciclo SPA (2000-02). Para Portugal, foi confirmado o *pledge* de 10,2 MUSD, dos quais 7,8 MUSD foram já desembolsados (Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Foi acordado o futuro programa de trabalho (SPA6, 2003-05), com ênfase no desenvolvimento de um esforço concertado com as instituições africanas visando reforçar os sistemas de gestão das finanças públicas (via capacitação institucional) e a melhoria da coordenação da APD.



### Programas do Banco Mundial de luta contra a Oncocercose

A Oncocercose, vulgarmente conhecida, como a cegueira dos rios, é uma endemia produzida por uma larva veiculada por uma mosca negra particularmente virulenta provocando, entre outras, a cegueira e lesões cutâneas. A luta contra a Oncocercose conta com dois Programas: o OCP e o APOC<sup>26</sup>. São co-financiados pelas contribuições dos doadores e o fundo fiduciário é gerido pelo Banco Mundial. O OCP e o APOC são executados pela OMS<sup>27</sup>, que também fornece o apoio técnico-administrativo.

O ICP regularizou em 2002 todos os seus compromissos relativos ao APOC - Phase I em 120 mil USD (contribuições de 1999 a 2001) e ao OCP - Phase V – 145 mil USD (contribuições de 1999 a 2000 e 2002). Após a regularização total, não se prevê a continuação da participação de Portugal nestes programas dados os constrangimentos orçamentais existentes e a necessidade de evitar uma dispersão de financiamentos.

#### o OCDE / CAD

##### Reunião de Alto Nível do CAD

A reunião anual realizou-se a 15 e 16 de Maio, tendo a delegação portuguesa sido chefiada por SExa SENEC. Um dos pontos principais da agenda desta reunião consistiu no compromisso de estabelecer uma cooperação estreita com a recém criada NEPAD, valorizando a iniciativa dos países africanos que a lançaram, e o Secretariado do CAD.

Foram apresentados os principais objectivos da NEPAD e a intenção dos países africanos de instituir um mecanismo de *peer review* que possa contribuir para a definição de boas práticas ao nível dos respectivos países. Abordou-se, igualmente, como poderá o CAD auxiliar o Secretariado da NEPAD em termos de aconselhamento de métodos de trabalho. Referiu-se ainda a importância do estabelecimento futuro de um diálogo político entre os países da NEPAD e CAD em temas de interesse comum, valorizando as sinergias e as *mais valias* dos grupos envolvidos.

A questão dos *poor performers*<sup>28</sup> e da cooperação para o desenvolvimento em casos de parcerias difíceis, tem vindo a dominar as discussões ao nível do CAD e de outros

---

<sup>26</sup> OCP - Onchocerciasis Control Programme; APOC - African Programme for Onchocerciasis Control.

<sup>27</sup> Organização Mundial de Saúde.

<sup>28</sup> Países beneficiários de fraco desempenho.



organismos directamente relacionados com a temática do desenvolvimento. Essa discussão relaciona-se com o reconhecimento de que os perigos do “desinvestimento” da comunidade internacional doadora nesses países poderão ser consideravelmente superiores aos riscos inerentes ao investimento nos mesmos países.

Assim, se por um lado, se denotaram dificuldades na identificação de situações de *bad performers*<sup>29</sup> por parte dos países beneficiários, foi reconhecido que um crescente investimento da APD nos “*good performers*” não poderá descurar os restantes países. Os doadores deverão procurar adequar os canais de apoio às circunstâncias específicas de cada país *poor performer*.

Foi ainda aprovado o *ad-referendum* (com reservas dos EUA) da Declaração Política sobre a Integração das Convenções do Rio na Cooperação para o Desenvolvimento.

#### Reunião Grupo Trabalho sobre Conflitos do CAD

Em Junho de 2002 realizou-se, em sede da OCDE, a IIIª Reunião da *Network* sobre Conflitos, Paz e Cooperação para o Desenvolvimento, na qual se abordaram, entre outros, temas relacionados com o papel da cooperação para o desenvolvimento na prevenção do terrorismo e se avaliou de que forma o CAD conseguiu levar a cabo o programa de trabalho proposto para o grupo.

Procedeu-se à apresentação de alguns estudos realizados pelos Estados Membros no domínio das Linhas de Orientação e Princípios sobre conflitos, analisaram-se algumas respostas inovadoras dos doadores no que concerne situações de países frágeis, discutiu-se de que forma a Economia poderia fomentar conflitos violentos, através do comércio e negócio, por exemplo, dos diamantes e abordou-se a importância da melhoria dos sistemas de segurança nos países que lidam com os conflitos (incluindo a óptica regional e a óptica dos doadores).

#### Seminário sobre Low Income Countries Under Stress - LICUS

Uma das grandes preocupações da comunidade doadora prende-se com a eficácia da ajuda ao desenvolvimento relacionada com a procura de novos procedimentos de ajuda e a delineação de novas formas de cooperação. Estas estratégias de cooperação são particularmente inovadoras para os LICUS que, na sua maioria, são países com performances negativas (*bad performers*).

---

<sup>29</sup> Países beneficiários com mau desempenho ou desempenho negativo.



Foi neste contexto que se realizou, em Outubro de 2002, em Paris, um Seminário sobre a cooperação internacional no âmbito das parcerias difíceis, co-organizado pelo Banco Mundial, CAD, Comissão Europeia e PNUD.

Destaca-se a proposta de criação de um novo grupo de trabalho intitulado “*Learning and Advisory Group*”, destinado a promover a troca de ideias e conhecimentos e favorecer análises conjuntas sobre a implementação dos princípios e abordagens delineados pelo CAD e Banco Mundial nos documentos elaborados sobre o tema.

### *Reunião de Altos Funcionários do CAD*

Realizou-se, em Dezembro de 2002, em Paris, nova reunião de Altos Funcionários do CAD que se debruçou, fundamentalmente, sobre três pontos fundamentais: Eficiência da ajuda, Globalização inclusiva e Reforma do OCDE/CAD – temas que se prendem com o crescente movimento da globalização e a necessidade de manter uma ajuda internacional eficaz e eficiente passando, também, por profundas reformas no domínio da comunidade internacional, designadamente das organizações internacionais.

### *Divisão de Assuntos da CPLP e Questões Ibero-Americanas*



### ***Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP***

O ICP é o ponto focal português para a área da cooperação, tendo participado nas reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

A cooperação em 2002 foi marcada por uma importante actividade voltada para os domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, consubstanciada num vasto leque de possibilidades no âmbito da concepção, implementação e avaliação de projectos numa perspectiva de multilateralidade e complementaridade a partir de iniciativas concertadas e integradas.

Tendo em vista a necessidade de afirmar a CPLP através de uma vertente económica e de cooperação empresarial, decorreu em Junho 2002, em Lisboa, o *I Fórum Empresarial da CPLP*, iniciativa organizada pelo MNE, pelo Ministério da Economia e pela ELO<sup>30</sup>. A reunião representou uma nova dimensão para desenvolver cooperação

---

<sup>30</sup> ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação



económica e empresarial entre EM, que culminou com a decisão dos participantes em criar o Conselho Empresarial da CPLP. Os trabalhos relativos à elaboração dos estatutos do Conselho, do seu Plano de Actividades bem como do seu financiamento deverão ser conduzidos pela ELO em estreita ligação com representantes das associações ou entidades empresariais dos países membros da CPLP.

Na V Reunião dos Pontos Focais da CPLP que decorreu em Brasília, a 24 e 25 de Julho 2002, destaca-se: a aprovação do texto de projecto de acordo de Cooperação sobre HIV/SIDA; a análise sobre o financiamento dos Centros de Excelência e; a apresentação dos novos projectos: i) Fortalecimento Institucional do Secretariado Executivo, ii) Formação de novos Inspectores e Delegados Regionais do Trabalho e da Administração Pública; iii) Produção de arroz de “bas fond” Mulheres Produtoras – Abs de actividades económicas; iv) Governo Electrónico – Primeira fase; v) Curso de Elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento; vi) Estudos Lusitanistas.

Foi ainda identificada a necessidade de uma clara definição das competências da Reunião dos Pontos Focais, tendo-se avançado para a inclusão destas Reuniões entre os órgãos da CPLP, a par das reuniões ministeriais sectoriais.

Como culminar daquela reunião preparatória, realizou-se a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, ocorrida em Brasília, de 22 de Julho a 1 de Agosto 2002, que constituiu, em certa medida, o corolário da dinâmica que a cooperação intra-comunitária vem experimentando. Há a salientar, de entre as principais conclusões em matéria de cooperação: a declaração sobre HIV/SIDA, com destaque para a assinatura do Acordo de Cooperação entre EM para o combate ao HIV/SIDA; a declaração relativa ao ILLP<sup>31</sup>, que consagra a proposta portuguesa de instalar a sede provisória na Casa Cor de Rosa (Praia), até conclusão do projecto de construção definitivo; a aprovação das recomendações de Portugal de reforçar a actuação da CPLP, nomeadamente uma maior coordenação das actividades da Comunidade, promoção da visibilidade interna e externa da organização e medidas para maior mobilização da opinião pública dos EM.

O Embaixador João Augusto de Médicis foi eleito Secretário Executivo da CPLP, substituindo no cargo a Embaixadora Dulce Maria Pereira.

---

<sup>31</sup> Instituto de Língua Portuguesa.



## **Cimeira Ibero-Americana**

O balanço português em matéria de participação em Programas e Iniciativas Ibero-Americanas continua a ser modesto sendo, no entanto, de salientar a intervenção nos Programas RADI, CYTED, IBERMEDIA, IBERGOP, FUNDIBEQ e Iniciativas ARCE, e CIBERAMÉRICA.

De salientar a saída da perita extra-numerária portuguesa da SECIB, Dra. Maria José Nogueira Pinto, e a decisão de Portugal em não apresentar nenhuma candidatura extra-numerária para aquela organização, em substituição daquela perita.

Sob Presidência Dominicana, realizaram-se em 2002, as três Reuniões de Responsáveis de Cooperação Ibero-Americanas preparatórias da Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que contaram com a participação do ICP enquanto órgão Responsável pela Cooperação. Das conclusões destas reuniões destacam-se, a apresentação de uma proposta que visa poder emprestar aos programas ibero-americanos, nomeadamente, IBERMEDIA e ADAI, o seu estatuto jurídico para o funcionamento destes programas/projectos, sempre e quando estes o solicitem e os Responsáveis da Cooperação o aprovevem, a apresentação do estado de ratificação do Protocolo de Bariloche, bem como reflexões sobre o tema do financiamento da cooperação.

A este propósito, de referir que a contribuição portuguesa relativa a 2002, no valor de 28 mil USD, foi já liquidada, tendo igualmente ratificado o Protocolo à Convenção para a Cooperação no quadro da Conferência Ibero-Americana para a Constituição da Secretaria Ibero-Americana. Actualmente, estão pendentes para ratificação a Bolívia, Brasil, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador Guatemala, Paraguai e Uruguai e no que diz respeito às quotizações, muitos EM ainda não fizeram a sua contribuição.

Como corolário destas três reuniões preparatórias, realizou-se a XII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Bávaro, em 14 e 15 de Novembro 2002 e subordinada ao tema “Turismo, meio-ambiente e produção”, tendo no entanto, os participantes preferido concentrar as suas intervenções na questão da globalização, da luta contra a corrupção e droga, da integração regional e do enquadramento e apoio das instituições financeiras internacionais.

Desta reunião resultou a aprovação da Declaração de Bávaro, de onde há a salientar a inclusão de um parágrafo em que se valoriza o esforço dos países que contribuíram





financeiramente para o Fundo Indígena<sup>32</sup> e onde se apela ao apoio ao processo de consolidação do mesmo, a proposta de vinculação do programa IBERMEDIA à SECIB, a concretizar na XIII Cimeira em 2003, a aprovação da Iniciativa ARCE como Programa ibero-americano de Cooperação e a proposta de fortalecimento institucional dos Pontos Focais nacionais no contexto da Cooperação Ibero-Americana.

Dada a fase de transição em que se encontra, o Plano de Reestruturação e relançamento deste Fundo foi discutido e aprovado na XVIII Reunião do Conselho Directivo do FI, realizada em Madrid, em 23 e 24 de Outubro de 2002, no sentido de adequar à actualidade a institucionalização do FI, dez anos depois da sua criação, e ir ao encontro da sua sustentabilidade financeira e administrativa. Entre as várias resoluções aprovadas, acordou-se na necessidade de instar os governos a realizarem as suas contribuições o mais rapidamente possível, de modo a se alcançar a consolidação financeira, necessária à sustentabilidade do FI.

#### **Outros Assuntos**

##### Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral - IIDEA

O IIDEA é uma organização internacional criada em 1995, da qual Portugal foi membro fundador, tendo como objectivos principais a promoção da democracia sustentada a nível mundial e a melhoria e consolidação dos processos eleitorais democráticos a nível mundial. Actualmente, o IIDEA tem vindo a desenvolver actividades no âmbito do processo eleitoral em Timor Leste e tenciona implementar uma maior cooperação com as autoridades moçambicanas relacionadas com o processo eleitoral e revisão da lei eleitoral. Em 2002, o ICP procedeu ao pagamento de 75 mil USD relativos à sua quota de 2001 e 2002 para este Instituto.

Em 2002 foi eleito o novo Secretário-Geral, a Embaixadora Karen Fogg, diplomata irlandesa, a qual deu início a um processo de renovação do Instituto. Na última reunião do Conselho de Dezembro, em Oslo, foi apresentada pela Suécia, uma proposta de renovação que passa pelo estabelecimento de uma engenharia financeira para as contribuições nos próximos 10 anos, prevendo a estratificação dos países-membros

---

<sup>32</sup> O Fundo Indígena tem um estatuto diferenciado dos restantes programas ibero-americanos, na medida em que pressupõe uma vinculação jurídica mais consistente. Portugal, sendo membro de pleno direito deste Fundo desde 1995, participa nas reuniões do Conselho Directivo desde 2000, não tendo, contudo, efectivado a contribuição para o seu Fundo de Capitalização.



em Grupo A, B e C. Portugal ficaria incluído no Grupo B (países de rendimento médio, ao lado do Chile, Índia, África do Sul e México) o que implicaria, o aumento progressivo das actuais quotas até 2012 (ficando responsável por cerca de 20% do orçamento). A proposta não teve o apoio de Portugal devido aos actuais constrangimentos financeiros e dado o fraco envolvimento mantido com esta organização.

### *Cimeira do Microcrédito*

Realizou-se em Nova Iorque, em Novembro de 2002, a “Cimeira do Microcrédito+5”, na qual participaram mais de dois mil delegados de todo o mundo. A discussão demonstrou que, embora tenham passado cinco anos, a motivação dos doadores, praticantes, ONG, países beneficiários e instituições de microfinanciamento mantém-se ao mais alto nível, em particular quando se espera que, em 2003, a campanha possa atingir metade do seu objectivo inicial.

Até ao momento, o microcrédito tem revelado uma considerável importância no domínio da redução da pobreza. No entanto, há que cada vez mais combinar o domínio micro-económico com o domínio social. Uma implementação de acções paralelas irá permitir às famílias beneficiárias o acesso à educação, saúde e a outros tipos de informação importantes no combate à pobreza.

A realização deste evento constituiu o momento ideal para a publicação do Relatório da Campanha 2002, o qual refere que no espaço de cinco anos o número de clientes de microfinanciamento aumentou 350%.

Questões como legislação, apoio financeiro e avaliação das acções realizadas, são aspectos que necessitam de maior trabalho e estudo. O ano de 2005 aproxima-se - Ano Internacional do Microcrédito - e é preciso agir para que o objectivo da Campanha do Microcrédito possa ser, efectivamente, atingido.



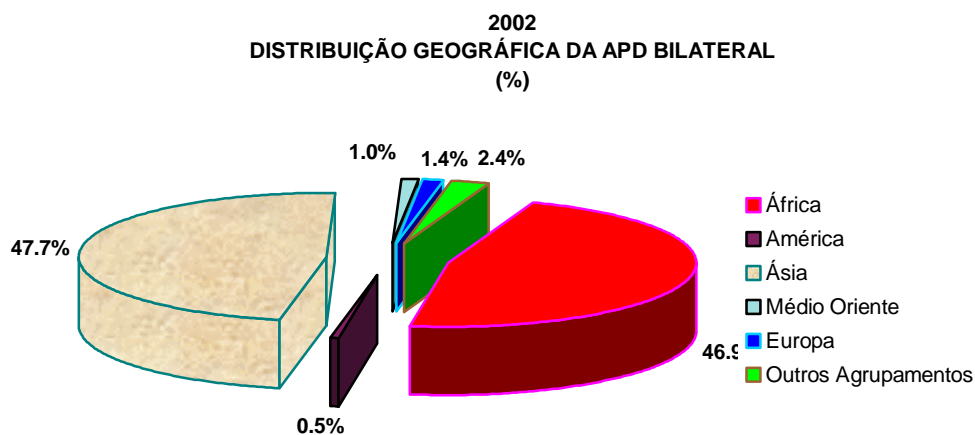
## ***ANEXO I – DADOS ESTATÍSTICOS APD 2002 (Preliminares)***



QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA APD BILATERAL 2002		
PAÍSES/CONTINENTES	UNIDADE : EURO	%
<b>África</b>	<b>75 347 095</b>	<b>46.91</b>
África do Sul	1 957 265	1.22
Angola	9 779 447	6.09
Argélia	10 610	0.01
Benim	18 470	0.01
Cabo Verde	8 756 924	5.45
Congo (República Democrática)	3 649 234	2.27
Etiópia	1 363 424	0.85
Guiné-Bissau	6 504 980	4.05
Madagáscar	10 989	0.01
Marrocos	18 162	0.01
Mauritânia	255 297	0.16
Moçambique	22 191 650	13.82
Namíbia	446 472	0.28
PALOP (projectos conjuntos)	4 410 411	2.75
S. Tomé e Príncipe	13 020 222	8.11
Saará Ocidental	125 608	0.08
Senegal	512	0.00
Serra Leoa	2 797 261	1.74
Zimbabwe	30 157	0.02
<b>América</b>	<b>796 256</b>	<b>0.50</b>
Brasil	692 419	0.43
Cuba	39 714	0.02
Perú	64 123	0.04
<b>Asia</b>	<b>76 637 361</b>	<b>47.71</b>
Afeganistão	624 339	0.39
Camboja	84 842	0.05
Laos	88 857	0.06
Timor Leste	75 839 323	47.21
<b>Médio Oriente</b>	<b>1 627 509</b>	<b>1.01</b>
Líbano	1 129 904	0.70
Palestina	497 605	0.31
<b>Europa</b>	<b>2 305 619</b>	<b>1.44</b>
Bósnia - Herzegovina	2 305 619	1.44
<b>Outros Agrupamentos</b>	<b>3 914 027</b>	<b>2.44</b>
CPLP	884 276	0.55
Outros	3 029 751	1.89
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>160 627 867</b>	<b>100</b>

EPA/ICP



QUADRO 2

<b>APD MULTILATERAL 2002</b>	
<b>ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS</b>	<b>Milhares de €</b>
<b>1. NAÇÕES UNIDAS</b>	<b>6 757</b>
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	5 441
1.2. Nações Unidas - Outros (contabilizados em parte)	1 316
<b>2. COMISSÃO EUROPEIA</b>	<b>77 766</b>
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	64 642
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	13 124
<b>3. FMI, BANCO MUNDIAL E OMC</b>	<b>7 298</b>
3.1. Grupo Banco Mundial	7 298
3.2. Organização Mundial do Comércio	
<b>4. BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>46 766</b>
<b>5. OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS</b>	<b>256</b>
<b>TOTAL</b>	<b>138 843</b>



QUADRO 3

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD BILATERAL 2002		
SECTORES	UNIDADE : EURO	%
<b>INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS</b>	<b>128 178 169</b>	<b>79.80</b>
EDUCAÇÃO	30 686 126	19.10
SAÚDE	8 694 332	5.41
POLÍTICAS EM MATÉRIA DE POPULAÇÃO/ SAÚDE REPRODUTIVA		0.00
FORNECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	79 696	0.05
GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL	68 712 658	42.78
OUTRAS INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	20 005 357	12.45
<b>INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÓMICOS</b>	<b>6 291 857</b>	<b>3.92</b>
TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	3 774 361	2.35
COMUNICAÇÕES	830 133	0.52
ENERGIA: PRODUÇÃO E APROVISIONAMENTO	647 081	0.40
BANCOS E SERVIÇOS FINANCEIROS	109 816	0.07
NEGÓCIOS E OUTROS SERVIÇOS	930 466	0.58
<b>SECTORES DE PRODUÇÃO</b>	<b>3 962 228</b>	<b>2.47</b>
AGRICULTURA	2 101 446	1.31
SILVICULTURA	30 529	0.02
PESCAS	3 373	0.00
INDÚSTRIA	1 830	0.00
INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS	206 471	0.13
CONSTRUÇÃO	1 145 952	0.71
COMÉRCIO	9 000	0.01
TURISMO	463 627	0.29
<b>MULTISECTORIAL / TRANSVERSAL</b>	<b>1 878 793</b>	<b>1.17</b>
<b>TOTAL SECTORIAL</b>	<b>140 311 047</b>	<b>87.35</b>
AJUDA A PROGRAMAS E AJUDA SOB A FORMA DE PRODUTOS	46 153	0.03
ACÇÕES RELACIONADAS COM A DÍVIDA	12 343 063	7.68
AJUDA DE EMERGÊNCIA	1 194 835	0.74
CUSTOS ADMINISTRATIVOS DOS DOADORES	3 506 336	2.18
APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	2 558 946	1.59
NÃO AFECTADO/NÃO ESPECIFICADO	667 487	0.42
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>160 627 867</b>	<b>100</b>

EPA/ICP

QUADRO 4

2002						
DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DA APD POR PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS (Euros)						
SECTORES	ANGOLA	CABO VERDE	GUINÉ-BISSAU	MOÇAMBIQUE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	TIMOR LESTE
Educação	2 920 109	3 442 658	2 829 621	5 890 975	2 075 265	10 007 084
Saúde	926 122	1 326 149	1 773 926	559 199	4 044 652	64 284
Governo e Sociedade Civil	165 287	240 846	34 666	55 248	45 117	58 078 412
Outras Infra-Estruturas e Serviços Sociais	4 054 196	2 280 827	929 109	5 367 056	2 239 065	746 076
Negócios e Outros Serviços	118 479	131 864	218 716	150 009	169 629	
Acções Relacionadas com a Dívida	2 200	806 666		8 492 293	3 031 294	
Ajuda de Emergência	495 718					74 778
Apoio às Organizações Não-Governamentais	581 223	76 335	384 895	680 506	174 897	436 406
Outros	516 113	451 579	334 047	996 364	1 240 303	6 432 283
<b>Total geral:</b>	<b>9,779,447</b>	<b>8,756,924</b>	<b>6,504,980</b>	<b>22,191,650</b>	<b>13,020,222</b>	<b>75,839,323</b>

Fonte: EPA/ICP